



# **RUAS, RITMOS E RAÍZES:**

Territórios negros nas encruzilhadas urbanas de São Paulo

Giselly Barros Rodrigues



# Ruas, ritmos e raízes:

Territórios Negros nas encruzilhadas urbanas de São Paulo



Grupo de Pesquisa GEPRERAS



Ficha catalográfica  
Tatiane Helena Borges de Salles – CRB 8/8946

R894 Ruas, ritmos e raízes: territórios negros nas encruzinhas urbanas de São Paulo  
/ Giselly Barros Rodrigues (org.). – São Paulo : EDIFSP, 2025.  
150 f., il. color.  
Inclui bibliografia

1. Negros - Condições sociais. 2. Negros na cultura popular. 3. Negros da cidade. 4. Relações raciais. 5. Diáspora africana. I. Rodrigues, Giselly Barros. II. Título. ISBN: 978-65-5823-053-3

CDD: 307.76098161

Aos nossos ancestrais e  
à coletividade que regem  
os encontros e as trocas  
nas encruzilhadas da vida.

# Apresentação

As histórias das cidades foram narradas, historicamente, a partir da perspectiva do homem branco europeu, responsável pela colonização e escravização de povos indígenas e africanos nas Américas. Os relatos hegemônicos sustentam a crença na superioridade do homem branco em oposição aos "outros" — termo usado para se referir aos não brancos, transformados pela branquitude em seres inferiores, primitivos e sem conhecimento.

Os estudos urbanos constantemente relacionam a história e o planejamento das cidades às classes sociais dos grupos que ocupam determinados territórios. No entanto, essas análises raramente interseccionam classe social, raça ou gênero, ignorando como determinados grupos foram sistematicamente excluídos de regiões centrais e empurrados para as chamadas “bordas”, extremos ou periferias da cidade. Ignoram, também, os saberes e feitos desses grupos na constituição das cidades e em suas dinâmicas urbanas e socioculturais. As análises desenvolvidas nos projetos priorizam metodologias baseadas na escuta ativa da comunidade, na oralidade e na observação territorial, reconhecendo essas práticas como fontes legítimas de conhecimento e construção coletiva.

Diante desse déficit, e com a necessidade de produzir conhecimento a partir de um viés interseccional, surge, em 2022, o Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-Raciais no Território, Arquitetura e Sociedade (GEPRETAS). Certificado pelo CNPq, o grupo é liderado por uma urbanista-arquiteta preta e periférica, professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, campus São Paulo, organizadora desta obra.

Desde então, por meio de editais e fomentos do IFSP, e no âmbito do GEPRETAS, são desenvolvidos projetos de ensino, pesquisa e extensão que se articulam com os estudos urbanos, as relações raciais e as conexões afro-diaspóricas que incidem na cidade.

Este livro reúne cinco capítulos, sendo quatro deles fruto de projetos de pesquisa e extensão viabilizados por meio de editais do IFSP.

Os projetos contemplaram estudantes do ensino superior (bolsistas e voluntários), além da organizadora desta obra no papel de orientadora. Estão descritos a seguir com seus respectivos editais:

- Edital SPO.038/2020 – PIBIFSP (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP) – “A cidade e os outros: a presença negra no desenvolvimento urbano da Vila Matilde”
- Edital SPO.091/2022 – PIBIFSP – “Territórios negros: do samba ao bairro do Bixiga em São Paulo”
- Edital 215/2023 – PIBIC-AF - CNPq – “Territórios negros: investigando o lado norte de São Paulo – Brasilândia”
- Edital 2024.SPO – PIVICT – “Territórios Negros no Parque Peruche: desenvolvimento de um roteiro pedagógico afrocentrado na zona norte de São Paulo”
- Editais SPO.097/2022 e SPO.082/2023 – Programa de Bolsa Discente do IFSP - Modalidade Extensão – “TENEGRES – Territórios Negros e as Escolas: descobrindo o lado norte de São Paulo, Brasilândia”

A presente obra insere-se na área de Ciências Sociais Aplicadas, no campo do urbanismo, com foco nos territórios negros de São Paulo. O primeiro, intitulado Passado, presente e futuro ancestral: Territórios, memórias e samba no Bixiga, aborda a memória negra e a importância do samba na identidade territorial.

O segundo capítulo, Territórios, memórias e identidades negras e periféricas: A comunidade da Brasilândia, reflete sobre a construção de identidades e sociabilidades negras na periferia a partir da interlocução com a comunidade local.

Já o terceiro, Encruzilhadas e oralidade nos territórios negros da Vila Matilde, investiga a oralidade, o slam e as formas de resistência da comunidade por meio da cultura negra na zona leste.

No capítulo seguinte, Afroturismo: Roteiro pedagógico pelos territórios negros do Peruche, é proposto um roteiro afrocentrado e educativo no Peruche, promovendo a valorização da memória negra na zona norte da cidade.

O quinto capítulo, Territórios negros em Moçambique: Ancestralidade e conexões diaspóricas, extrapola os limites territoriais brasileiros, trazendo reflexões sobre as conexões entre cidades brasileiras e africanas, a partir da experiência de um intercâmbio acadêmico realizado em Moçambique pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-IFSP), do qual as servidoras do IFSP e autoras do capítulo participaram, por meio do Edital 57/2024 - Projeto AfrolF - Articulações entre o NEABI/IFSP e Moçambique.

A presente obra se ancora em uma abordagem metodológica comprometida com a construção de narrativas contra-hegemônicas e na valorização de epistemologias negras, adotando, transversalmente aos capítulos, procedimentos vinculados à pesquisa participante, à escuta ativa e à cartografia social.

A escuta das comunidades envolvidas — seja em São Paulo, nos distritos da Bela Vista, Brasilândia, Vila Matilde e Casa Verde, ou nas interlocuções afrodiaspóricas com Moçambique — foi central para a produção de conhecimento situada, afetiva e ética. Através de visitas de campo, diálogos com a comunidade, levantamento de memórias orais e participação direta nos territórios estudados, os autores (autodeclarados negros) mobilizaram práticas investigativas que respeitam os saberes locais e insurgem frente ao apagamento histórico.

A cartografia social, foi mobilizada como instrumento político e pedagógico de visibilização de memórias e presenças negras na paisagem urbana africana e na diáspora. Os capítulos articulam análises documentais, revisão bibliográfica, visitas de campo, mapeamentos digitais e interlocuções com as comunidades locais, compondo uma metodologia que une teoria e prática, pesquisa e militância, academia e território - no campo material e espiritual, em diálogo com o presente, o passado e os futuros possíveis.

Dessa forma, o livro apresenta um percurso metodológico coerente com os pressupostos decoloniais e afrocentrados - trazendo os conhecimentos africanos e afro-brasileiros no centro das narrativas - revelando um fazer científico comprometido com a transformação social e o reconhecimento da pluralidade de vozes que constroem a cidade.

As investigações sobre os territórios estudados em São Paulo evidenciam a exclusão da população negra das áreas mais consolidadas da cidade, que contam com melhor infraestrutura urbana, além das constantes tentativas de apagamento da memória negra. Diante desse cenário, esta obra não apenas denuncia o planejamento urbano racista que ainda estrutura as cidades brasileiras, mas também evidencia as identidades territoriais e culturais negras nos territórios da capital paulista.

A participação ativa de estudantes, bem como o diálogo com coletivos e moradores dos territórios pesquisados, estruturam os projetos e reafirmam seu caráter formativo, interdisciplinar e vinculado à realidade social. Nossos esforços, lutas e sonhos vislumbram uma cidade que, aprendendo com as heranças culturais negras e indígenas, seja equitativa, justa e promotora do bem-viver para pessoas de todas as etnias, gêneros, sexualidades, credos, faixas etárias e classes sociais.

Entre ruas, ritmos e raízes, traçamos caminhos nas encruzilhadas urbanas da cidade, reconhecendo nelas espaços de memória, movimento e pertencimento que orientam a construção de territórios negros vivos, potentes e em constante transformação.

# Sobre os autores



## **Beatriz Silva Santana**

Arquiteta e Urbanista pelo IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, integrante do GEPRETAS (Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-raciais no Território, Arquitetura e Sociedade) e do Coletivo Maria Punga. Estuda territórios negros nos espaços urbanos da cidade de São Paulo, no campo do urbanismo e da paisagem.



## **Ellyson Santos Miranda**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), integrante do GEPRETAS (Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-Raciais no Território, Arquitetura e Sociedade) e do projeto de extensão TENEGRES (Territórios Negros e as Escolas: descobrindo o lado norte de São Paulo – Brasilândia). Associado da Educafro Brasil e embaixador do Programa Aproxima no IFSP – Campus São Paulo, que promove estágios rotativos e formação técnica e cultural complementar para estudantes negros e indígenas de Arquitetura e Urbanismo.



## **Giselly Barros Rodrigues**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Habitação pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo), Arquiteta e Urbanista pela Universidade Anhembi Morumbi, Líder do GEPRETAS (Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-raciais no Território, Arquitetura e Sociedade) e integrante do NEABI-IFSP (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena). Coordena o projeto de extensão TENEGRES (Territórios Negros e as Escolas: descobrindo o lado norte de São Paulo – Brasilândia), premiado pelo Programa Ancestralidades de valorização a Pesquisa (Itaú Cultural) em 2024. Suas pesquisas concentram-se nos estudos dos espaços urbanos públicos e de uso público, arquitetura da paisagem, territórios, memórias e identidades negras e periféricas.



### **Luiz Fernando Zucatelle Duarte**

Mestrando em Educação pela Universidade Nove de Julho, Graduado em Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, integrante do GEPRETAS (Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-raciais no Território, Arquitetura e Sociedade), do NEABI-IFSP (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena) e do projeto de extensão TENEGRES (Territórios Negros e as Escolas: descobrindo o lado norte de São Paulo – Brasilândia). Atua nas áreas de Educação, Afroturismo e Relações Étnico-raciais.



### **Tainã Antunes Valgas Dorea**

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Arquiteta e Urbanista pelo IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, integrante do GEPRETAS (Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-raciais no Território, Arquitetura e Sociedade) e do Labdias (Laboratório de Estudos de Cultura, Cidade e Diáspora). Atua nas áreas de Paisagismo, Paisagem e Cultura.



### **Tatiane Helena Borges de Salles**

Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar), Especialista em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Letramento informacional pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Graduada em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Integrante do GEPRETAS (Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-raciais no Território, Arquitetura e Sociedade) e do NEABI-IFSP (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena). Atua nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Educação para as relações étnico-raciais, Letramento informacional e descolonização de acervos.



## Sumário

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Passado, presente e futuro ancestral: Territórios, memórias e samba no Bixiga<br>Beatriz Silva Santana e Giselly Barros Rodrigues          | 11  |
| 2. Territórios, memórias e identidades negras e periféricas: A comunidade da Brasilândia<br>Ellyson Santos Miranda e Giselly Barros Rodrigues | 43  |
| 3. Encruzilhadas e oralidade nos Territórios negros da Vila Matilde<br>Giselly Barros Rodrigues e Tainã Antunes Valgas Dorea                  | 69  |
| 4. Afroturismo: Roteiro pedagógico pelos territórios negros do Peruche<br>Giselly Barros Rodrigues e Luiz Fernando Zucatelle Duarte           | 91  |
| 5. Territórios negros em Moçambique: Ancestralidade e conexões diáspóricas<br>Giselly Barros Rodrigues e Tatiane Helena Borges de Salles      | 116 |
| Glossário   | 146 |

# **PASSADO, PRESENTE E FUTURO ANCESTRAL:**

TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E SAMBA NO BIXIGA

---

*BEATRIZ SILVA SANTANA  
GISELLY BARROS RODRIGUES*

As histórias foram contadas com base na perspectiva do homem branco, que desvalorizou a contribuição negra no processo de construção e desenvolvimento das cidades. Dessa forma, esses grupos hegemônicos determinavam e evidenciavam o que deveria ser preservado na cidade, tanto no aspecto material quanto no imaterial. Assim, ocorreram tentativas sistêmicas de apagamento das memórias e identidades negras africanas e afro-brasileiras nos espaços urbanos das cidades.

Justificada pelo eurocentrismo, foi propagada a falsa ideia de superioridade racial branca e europeia, auxiliando na desvalorização da cultura negra. De acordo com Nascimento (1998), a universalização da cultura branca criou uma falsa narrativa de que os africanos, forçados a vir para o Brasil, apenas serviam como mão de obra braçal e eram desprovidos de conhecimento. No entanto, é necessário retomar as narrativas históricas a partir do protagonismo do negro como sujeito de direitos, não o colocando no papel de “o outro”, subjugado e objetificado pela branquitude, mas sim reivindicando o seu lugar, sua história, suas memórias, atuações e articulações na cidade.

Um estudo decolonial, como o desenvolvido aqui, busca construir narrativas contra-hegemônicas sobre o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras. Já que, nas narrativas históricas amplamente difundidas, as referências africanas e afro-brasileiras são escassas, há um apagamento estruturado e intencional. Observar o território como um espaço de pertencimento, a partir desse viés, contribui para uma maior compreensão das identidades e territorialidades de uma sociedade multifacetada e diversa.

Nesse sentido, é importante conceituar os territórios negros, enfoque deste estudo. Para Rolnik (1989), os territórios negros representam a resistência e a luta da população negra, mas há também um sentimento comunitário baseado na autopreservação e solidariedade, que expressam uma busca por dignidade na cidade, mesmo inseridos numa arquitetura segregadora.



Muitos territórios negros são e eram quilombos rurais; outros, quilombos urbanos; e há também aqueles que foram criados a partir do século XIX nos espaços urbanos das cidades. Em São Paulo, por exemplo, houve uma intensa migração de pessoas escravizadas libertas do meio rural para o urbano nesse período, movimento acompanhado por um processo estruturado num plano de embranquecimento da cidade. Segundo Panta (2019), o pensamento eugenista levou à expulsão da presença negra em espaços urbanos mais valorizados, a partir do deslocamento forçado para periferias pobres, principalmente após o fim da escravidão.

A substituição da mão de obra escravizada negra por imigrantes europeus, incentivada por políticas migratórias, resultou em um zoneamento social e racial na cidade de São Paulo. Rolnik (1989) evidencia a influência dos processos históricos e sociais que levaram a população negra a se alocar em territórios precarizados no processo de transição entre o período escravocrata e a emergência da sociedade capitalista.

Mas, apesar das políticas públicas segregacionistas e racistas, grupos negros reunidos criaram um senso comunitário e social que está vinculado aos territórios negros, que podem ser entendidos em diversas expressões como uma “rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochés<sup>1</sup>, escolas de samba, gafieiras” (Nascimento, 2002, p. 255), entre outras formas de se produzir espacialidades do corpo negro.

Por isso, o estudo sobre os territórios negros pode contribuir para a afirmação das identidades da população afro-brasileira articulada aos seus territórios. Neste capítulo, será apresentado o território negro do Bixiga, em São Paulo.

<sup>1</sup>Afochés são grupos culturais e musicais de matriz africana que se manifestam principalmente através da música, dança e cortejos nas ruas.



# Bixiga/Bela Vista: Histórico

O bairro do Bixiga está inserido no distrito denominado Bela Vista, na região central da cidade de São Paulo. Ele é reconhecido como um “bairro tradicional italiano”; contudo, é possível investigar e analisar uma forte presença da cultura afro-brasileira, que preserva as memórias negras, apesar das mudanças da região, provenientes do planejamento urbano racista, que ocasionou a gentrificação. Ainda assim, observa-se no bairro a manifestação das sociabilidades, festejos, músicas e religiosidades ligadas à ancestralidade da comunidade afro-brasileira.

Os nomes Bixiga e Bela Vista apresentados estão relacionados ao mesmo local, uma vez que a Bela Vista é fruto do Bixiga, embora os limites territoriais não sejam os mesmos. Segundo Marzola (1979), a partir da urbanização da cidade de São Paulo, a região se desenvolveu de forma mais independente que as outras capitânicas da ação colonizadora, por conta do seu isolamento na cidade. Com isso, ocorreu um processo de adaptação às condições do ambiente, em diálogo com os padrões considerados, para a época, “rudes e primitivos”, termos preconceituosos utilizados pela autora.

A origem do nome Bixiga é incerta e cercada por diferentes hipóteses. Marzola (1979) relata versões sobre essa possível origem. Uma delas remonta à antiga Chácara do Bexiga, pertencente a Antônio Bexiga ou Antônio Manuel, que mantinha uma estalagem na região. A chácara ficava a sudoeste do que se convencionou chamar, no princípio do século XIX, de “cidade nova”. Outra possibilidade é que o nome derive da comercialização de bexigas de boi, atividade lucrativa praticada pelo proprietário da chácara. Além disso, Castro (2008) relata que a área, por estar afastada do centro urbano no século XIX, teria abrigado pessoas acometidas pela varíola, conhecida popularmente como “Bixiga”.

O Bixiga surgiu durante o século XVIII, quando São Paulo ainda ocupava uma posição secundária na economia brasileira, funcionando como ponto de trânsito para quem chegava à cidade ou seguia para o interior (Soares, 1999).

A seguir, é possível aferir que, neste período, o Bixiga abrigava a população negra e já era um território negro:



**As capoeiras e campinas que havia em torno do Tanque Reúno, no Bexiga, como em outros pontos da baixada em que corriam o Anhangabaú e o Riacho Saracura, serviram de esconderijo onde se aquilombavam negros rebelados. Esses matos eram convidativos para esconderijos. Em 1831 foi feito um documento com a tentativa de fechar o acesso do Anhangabaú ao Bexiga, cujo objetivo era impedir o trânsito de escravos fugitivos para o Bexiga (Lucena, 1984, p. 24).**

Os negros recém-libertos e imigrantes recém-chegados se direcionavam e permaneciam nas baixadas, próximas às várzeas dos rios. Em relação à população negra, tanto os libertos vindos do interior quanto os refugiados procuravam locais próximos às várzeas dos rios, como a baixada da Saracura, e se alojavam em porões e cortiços. É importante destacar a evidente permanência de uma estrutura racista, que determinava os lugares e os não lugares da cidade para a população negra. Uma parcela dessa população encontra-se aglomerada em habitações sem infraestrutura, em ocupações precárias, sendo-lhes negado, assim, o chamado direito à cidade (Bastos; Panta, 2019).

As terras do Bixiga iniciaram o processo de formação de bairro a partir de seu loteamento em 1878, com a presença da amálgama de múltiplas etnias que formam a realidade paulistana. O território possui fortes memórias, festejos e religiosidades, indicadores da população negra residente do quilombo Saracura, junto aos Campos do Bixiga (Bastos, 2019).

Embora a historiografia costume associar os quilombos a áreas rurais, Rolnik (1989) destaca a existência de quilombos urbanos, que se tornaram mais numerosos à medida que o período escravocrata chegava ao fim. Esses espaços, formados por casas coletivas e cômodos no centro da cidade ou em áreas semi-rurais, desempenharam papel essencial na organização da população negra, como ocorreu no Bixiga.

É importante destacar o Quilombo Saracura no Bixiga. Compreendido como um marco paisagístico, cultural e histórico do Bixiga e ligado à trajetória da população negra local, foi um espaço de refúgio para recém-libertos e de sociabilidades negras, consolidando a presença da comunidade negra no bairro. Ao longo do tempo, o Bixiga manteve uma forte conexão com a população negra, que resiste ao apagamento e à opressão sistemática. Esse processo é evidente tanto na substituição de nomes de espaços quanto no incentivo do poder público em associar a identidade do bairro exclusivamente à cultura italiana.

O Bixiga tornou-se o 17º Subdistrito do Município de São Paulo, sendo renomeado oficialmente como Bela Vista na data de 26/12/1910. A solicitação pela mudança de nome já havia sido feita por uma parcela de moradores imigrantes italianos em 1883, sendo atendida nesta data. Entretanto, apesar da mudança de nome, o território histórico do Bixiga permanece intenso e continua sendo chamado pelo antigo nome por moradores e visitantes (Bastos, 2021).

Com a vinda de imigrantes italianos para a região do Bixiga, o bairro passa por um processo de apagamento de tudo que antecedeu essa chegada, e, com isso, inviabiliza-se a imagem da população negra e toda a sua história nesse espaço. Nota-se um reforço pela mídia do mito do Bixiga italiano, a partir da projeção dessa imagem em novelas e relatos “históricos” (Castro, 2008). Na década de 1920, o Bixiga se caracteriza como um território negro importante em São Paulo, com suas escolas de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile. O local não era exclusivamente negro, uma vez que misturavam-se os pobres de várias etnias da cidade.

Já na década seguinte, nota-se um crescimento da complexidade de funções no bairro, a partir do estabelecimento de diversos usos, como comércio, serviços, indústrias de pequeno porte e atividades de caráter artístico e cultural. Na década de 1940, a região passa por um processo de verticalização, ainda que limitado a áreas próximas ao centro, às avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antônio, ou ao Morro dos Ingleses. A partir dos anos 1950, a principal alteração social ocorrida no bairro foi a mudança do tipo de morador dos cortiços: o imigrante italiano e o negro cederam lugar ao migrante nacional proveniente, em geral, das regiões Norte e Nordeste do país (D'Alembert; Fernandes, 2006).

Um dos principais marcos territoriais do Bixiga é a Escola de Samba Vai-Vai, uma das mais tradicionais e renomadas do carnaval brasileiro. Seu espaço pode ser compreendido tanto como um local de resistência quanto como um ambiente de lazer, descanso e criação de vínculos sociais entre seus membros. Além disso, o território desempenha um papel fundamental no fortalecimento da identidade negra em São Paulo (Gonçalves, 2014).



**O samba no Bixiga:  
A Escola de Samba Vai-Vai**

Ratts (2016) analisa o conceito de (re)definição corpórea para a população negra, elaborado por Beatriz Nascimento, destacando que o corpo carrega noções de territorialidade e identidade. Esse processo está diretamente ligado à experiência diaspórica, marcada pela busca da imagem perdida ao longo da diáspora imposta pela colonização, que afetou os escravizados e seus descendentes.

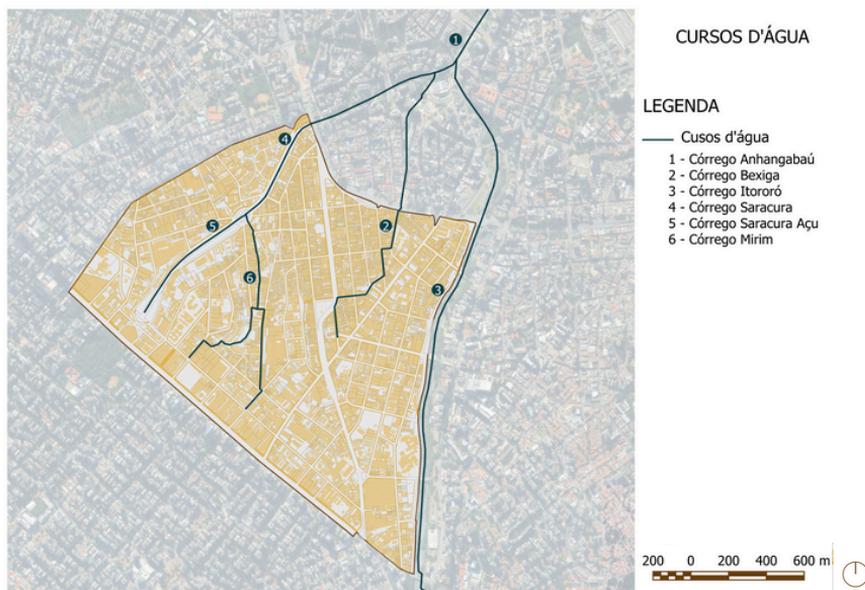
Com base nessa perspectiva, este estudo busca compreender a presença e a participação negra na construção, no desenvolvimento e na identidade do bairro do Bixiga, desde a sua formação. Parte-se das memórias, do patrimônio material e imaterial e da herança cultural negra presentes na história do bairro e do samba. Foram analisadas algumas letras de samba e sua relação com a cidade, destacando as territorialidades negras, suas sociabilidades, além das denúncias realizadas pelos sambistas.

A história do Bixiga entrelaça-se com a história da Escola de Samba Vai-Vai, por isso, ao falar de samba no Bixiga, é preciso evidenciar o Vai-Vai. A origem do Vai-Vai remonta à época do time de futebol Cai-Cai, formado por negros do bairro em 1920, cujas cores preto e branco também foram adotadas posteriormente pela Escola de Samba. Durante as partidas, um grupo musical acompanhava os jogos e ficou conhecido por “vai a qualquer lugar”. Após uma briga interna entre os membros do Cai-Cai, em 1º de janeiro de 1930, surgiu, de forma provocativa, o grupo Vai-Vai, que mais tarde se tornaria um dos mais importantes cordões carnavalescos (Soares, 1999). Destaca-se a associação entre o futebol de várzea e o samba, quase sempre interligados — ambos eram formas alternativas de lazer praticadas na região da Saracura, o que pode ser observado na formação do Vai-Vai.

Os cordões reuniam instrumentos de percussão, corda e sopro, junto com reco-reco, bumbo, cavaquinho e caixa. O primeiro desfile da Vai-Vai teve como tema a Marinha Nacional, e o grupo desfilou com um contingente de 100 a 150 pessoas, que seguiram pelas ruas do Bixiga em direção ao bairro de Pinheiros (Clube Rebouças).

Segundo Soares com o crescimento do grupo, os ensaios passaram a ocorrer nas ruas da Bela Vista, tradição mantida até hoje. Como parte deste estudo, foram elaboradas bases cartográficas para compreender o território do Bixiga e sua relação com o Vai-Vai. No Mapa 01, é possível identificar os cursos d'água presentes no distrito da Bela Vista. Dentre eles, destaca-se o Córrego do Saracura, afluente do rio Anhangabaú, atualmente canalizado. O nome refere-se a um pássaro que habitava a região ribeirinha e tornou-se símbolo do bairro do Bixiga e da Escola de Samba Vai-Vai.

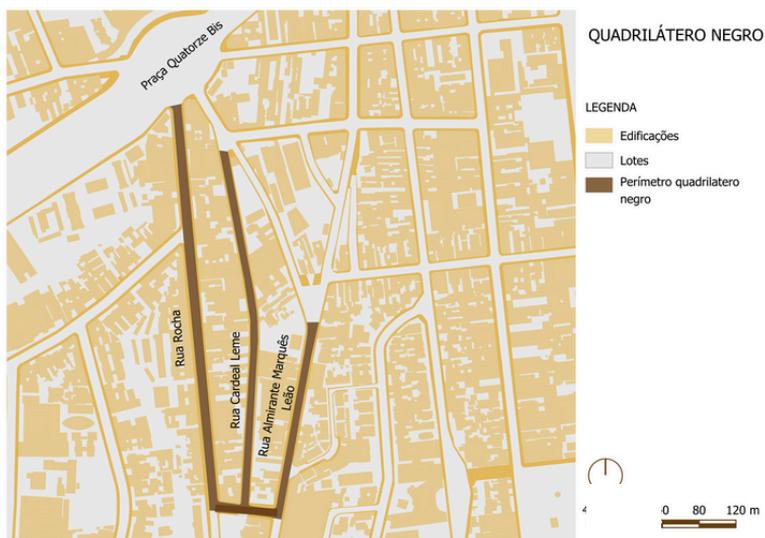
Mapa 01 - Cursos d'água do Distrito da Bela Vista



Fonte: Autoria própria (2024)

Já o Mapa 02 destaca o quadrilátero negro, também conhecido como quadrilátero da Saracura, formado pelas ruas Rocha, Almirante Marques Leão e Uma. Os logradouros que o delimitam espacialmente correspondiam, até o ano de 2021, ao local onde ocorriam os ensaios da Escola de Samba Vai-Vai, na Rua Cardeal Leme.

Mapa 02 - Quadrilátero da Saracura (Quadrilátero negro)



Fonte: Autoria própria (2024)

A partir da cartografia apresentada, é possível compreender algumas dinâmicas territoriais do Bixiga, evidenciando tanto os aspectos físicos relevantes, como a hidrografia, quanto as marcas históricas da Escola de Samba Vai-Vai. A sobreposição dessas camadas revela a influência da topografia na configuração urbana e a resistência cultural expressa no quadrilátero negro da Saracura, um espaço de grande significado para a comunidade local. Assim, destaca-se a importância da preservação dessas narrativas, fundamentais para a identidade do território.

Ao longo de três décadas, o Vai-Vai consolidou sua fama e se tornou uma referência do carnaval negro em São Paulo. Uma de suas marcas estava relacionada ao trabalho artesanal, presente tanto na confecção das fantasias quanto na própria organização. Na época, o grupo era formado exclusivamente por negros, sob a justificativa de que os brancos não possuíam “ginga”, entendida como uma habilidade corporal específica. No entanto, essa explicação se enfraquece ao se considerar que a “ginga” não é uma característica inata, mas algo desenvolvido na convivência entre sambistas (Soares, 1999). Por outro lado, Simson (1989) afirma que a ausência de brancos nas agremiações estava relacionada a um desinteresse histórico em participar de atividades negras. Esse afastamento pode ser interpretado como um reflexo do receio de associação à cultura negra, uma vez que, dentro de uma hierarquia social imposta, uma pessoa branca seria colocada abaixo de uma negra. Soares (1999) destaca que as agremiações carnavalescas tiveram um papel importante para os grupos negros de São Paulo, além do desfile. Elas funcionavam como espaços de sociabilidade, esperança, formas de ascensão social e conquista de visibilidade.

A partir da década de 1950, em São Paulo, as agremiações foram substituídas por escolas de samba e iniciaram um processo de declínio. A prefeitura passou a exigir a regulamentação dos desfiles, seguindo o modelo de escolas de samba e desconsiderando a origem do samba paulista nos cordões (Soares, 1999).

As escolas de samba passaram a ser incentivadas pelos governos e a atrair mais atenção da juventude universitária, contribuindo para sua popularização. Uma pequena parcela dos cordões, que ainda resistiam à ideia de se transformar em escola de samba, acabou se reorganizando nesse novo modelo após a oficialização do samba paulista e o crescimento do número de escolas na cidade (Silva, 2021). Assim, os três últimos cordões — Camisa Verde e Branco, Vai-Vai e Fio de Ouro (este último formado por dissidentes do Vai-Vai na década de 1970) — transformaram-se em escolas de samba, consolidando uma nova estrutura do carnaval paulista (Soares, 1999).

Marchezin (2016) investiga duas consequências decorrentes desse processo de substituição. Uma delas é a difusão das agremiações pela cidade, em decorrência da periferização. No entanto, ele também observa que, com a construção de quadras nesses bairros, foram formados novos espaços físicos de sociabilidade. Silva (2021) acrescenta ao debate o conflito entre tradição e mudança observado nessas agremiações mais antigas, que possuíam uma história predominantemente negra, enquanto as novas escolas eram fundadas majoritariamente por pessoas brancas.

Além disso, esse conflito também se refletiu dentro das próprias agremiações, nas quais novos participantes buscavam assumir cargos de direção para promover uma “modernização” das estruturas organizacionais e administrativas. Segundo Castro (2008), a agremiação do Vai-Vai, até então restrita à participação de brancos, passou a permitir sua presença nos desfiles e, posteriormente, também em sua organização.

Ainda que haja inúmeros conflitos ao longo da história, o samba possui um papel fundamental na cultura brasileira, articulando-se com as identidades territoriais, as memórias e histórias de determinadas regiões, além de evocar a ancestralidade negra.

**Lavagem da Rua 13 de Maio no dia 13 de maio  
de 2025, com Bloco afro ILÚ OBÁ DE MIN**

(Autoria própria, 2025)



O semba de Angola, um dos ancestrais do samba, compartilha sonoridade e características musicais semelhantes. Dessa forma, o samba pode ser visto como um desdobramento e ressignificação de práticas musicais africanas em solo brasileiro.

A musicalidade e a dança desempenham um papel essencial na preservação da memória coletiva e da oralidade, assim como na construção de um senso de identidade e pertencimento. O samba, nascido das vivências e sociabilidades negras, emerge como um dos símbolos mais potentes dessa luta e resistência, funcionando como uma forma de ocupação e conquista do espaço urbano.

Pode-se fazer uma breve alusão à origem do samba paulista, considerando o enfoque feito por Soares (1999) sobre as festas de Pirapora do Bom Jesus — manifestação cultural típica do interior paulista, que servia como alternativa de expressão da cultura negra no Estado de São Paulo. Com a “abolição” da escravatura, a situação da população negra na cidade piorou, e os blocos carnavalescos negros foram se afirmando como espaços de acolhimento e sociabilidade.

Fortes tentativas de repressão policial ocorreram nesses espaços negros, motivadas pelo medo de uma eventual “rebelião negra” decorrente desses encontros em sambas. Entretanto, havia uma exceção: as festas ligadas à Igreja Católica, nas quais o limite entre o profano e o sagrado era ponderado. Assim, havia uma mescla entre a expressão religiosa e momentos de encontro e lazer, marcados pela música e pelo canto (Soares, 1999).

Segundo Castro (2008), a festa passa por alterações até chegar à cidade de São Paulo. A formação do samba paulistano retoma ritmos praticados por negros escravizados vindos de outras regiões do país para trabalhar nas lavouras de café do interior paulista, principalmente a partir de meados do século XIX. A população negra participou de um processo de migração, concentrando-se em bairros próximos ao centro comercial, trazendo consigo esses ritmos para São Paulo.

Além da musicalidade e dos ritmos, muitas letras de samba representavam atos de resistência e luta, mas também continham mensagens de acolhimento, coletividade e alegria. Várias dessas composições articulam-se diretamente com os territórios negros de São Paulo, entoando parte da história da cidade. A seguir, são apresentados cinco sambas: Silêncio no Bexiga (Beth Carvalho), Vou Sambar n'Outro e Tradições e Festas de Pirapora (Plínio Marcos), Cordão do Vai-Vai e Tradição (Vai no Bexiga Pra Ver) (Geraldo Filme), que serão analisados com base na relação entre a cidade de São Paulo e os territórios negros.

As letras trazem denúncias e críticas sociais, retratando as vivências das comunidades negras e marginalizadas, sistematicamente expulsas de seus territórios em nome de “melhoramentos urbanos” que ignoraram suas realidades. Além disso, é possível observar e compreender as sociabilidades e irmandades negras presentes nas narrativas dos sambas.

Uma vez que se discute o samba no Bixiga, é importante evidenciar a figura de Pato N'Água e sua relevância para o bairro e para o Vai-Vai. Apesar de existirem poucas referências sobre sua vida, sendo a maioria baseada em depoimentos de conhecidos e amigos, como o sambista Geraldo Filme, ele é descrito como um excelente apitador de cordões carnavalescos e um ótimo jogador de tiririca.

As informações sobre sua morte, ocorrida nos anos 1970, também são limitadas. Entretanto, por meio da música “Silêncio no Bexiga”, Pato N'Água é reverenciado e imortalizado por seu companheiro Geraldo Filme, que deixa claro que sua morte não foi uma mera fatalidade, mas sim um ato de violência praticado pelo Esquadrão da Morte.

Marchezin (2016) aponta que, embora não seja possível questionar oficialmente as razões de sua morte, o canto contribui para a revalorização de sua imagem, expressando a dor de uma comunidade que sofre com a perda e homenageando um personagem tão relevante para o samba em São Paulo.



## Silêncio

Beth Carvalho

Silêncio

O sambista está dormindo

Ele foi, mas foi sorrindo

A notícia chegou quando anoiteceu

Escolas, eu peço silêncio de um minuto

O Bexiga está de luto

O Apito de Pato N'água emudeceu

Partiu

Não tem placa de bronze não fica na história

Artista de rua morre sem glória

Depois de tanta alegria que ele nos deu

E assim

Um fato se repete de novo

Sambista de rua, artista do povo

E é mais um que foi sem dizer adeus



Pato N'Água representava a preocupação com a manutenção de um espírito cultural muito presente no Bixiga, que transcendia as ruas da Saracura. Ele e seus companheiros eram referências na luta em defesa do samba e contra a intolerância. Dessa forma, foram caracterizados — e ainda hoje são lembrados — não apenas como heróis do samba, mas também como heróis da negritude (Castro, 2008).

Também foram selecionadas duas músicas do álbum *Nas Quebradas do Mundaréu*, de Plínio Marcos, além de sambas diretamente relacionados ao Bixiga e à Escola de Samba Vai-Vai. A partir dessas canções, é possível analisar e evidenciar questões de territorialidade, registros de denúncia contra o apagamento da presença negra e a expulsão da população em nome do chamado “progresso”, bem como aspectos de coletividade e sociabilidades negras.

Inicia-se pela música *Tradições e Festas de Pirapora*, que resgata a festa de Pirapora do Bom Jesus — berço da formação do samba paulista e território historicamente ligado à consolidação do samba no bairro do Bixiga. É possível demarcar espacialmente sua localização, quase de forma ilustrativa, por meio da cartografia apresentada em *À Margem do Lendário Tietê: Uma Nova Cidade Surgiu*, além de abordar a história de origem de Pirapora do Bom Jesus.



## Tradições e Festas de Pirapora

Plínio Marcos

Pirapora, ê! Pirapora, ê!  
Bate o bumbo nêgo  
Quero ouvir o boi gemer (2x)

À margem do lendário Tietê  
Uma nova cidade surgiu  
De toda parte vinha romaria  
Pra festejar o grande dia  
E cantar em seu louvor  
Trazemos nesta avenida colorida  
Festa do povo e costumes tradicionais  
Dar ao povo o que é do povo  
O que fazemos neste carnaval



Observa-se a abordagem do conceito de equilíbrio entre o sagrado e o profano, com manifestações tanto religiosas quanto momentos marcados pela sociabilidade negra, expressos por meio de música, canto e dança. Por fim, é importante destacar o seguinte trecho: “Trazemos nesta avenida colorida; Festa do povo e costumes tradicionais”, evidenciando a apropriação da população das ruas e dos espaços públicos durante suas festividades.

Na música Vou Sambar N’Outro, é possível analisar a demarcação territorial dos territórios negros da cidade, como o Largo da Banana, conhecido por ser um espaço dedicado ao samba. O tema principal da canção é a destruição do Largo da Banana, no bairro da Barra Funda, um território de grande importância para os encontros da população negra e pobre da cidade. A comunidade presente nesse território negro da Barra Funda se conectava com outros territórios negros da cidade, especialmente com aqueles ligados ao samba, como o território do Bixiga.

## “ Vou sambar n’outro

Plínio Marcos

**Fiquei sem o terreiro da escola  
Já não posso mais sambar  
Sambista sem o Largo da Banana  
A Barra Funda vai parar  
Surgiu um viaduto, é progresso  
Eu não posso protestar  
Adeus, berço do samba  
Eu vou me embora, vou sambar n’outro lugar  
Eu vou me embora, vou sambar n’outro lugar  
(5x)**

É evidente na letra, a denúncia contra o "progresso" decorrente do planejamento urbano da cidade. Evidenciando um projeto de apagamento das memórias de espaços de sociabilidades ligados ao samba, como o terreiro da escola, em um bairro destinado à construção de viadutos, forçando o eu lírico a procurar outro lugar para sambar (Marchezin, 2016).

É possível fazer um paralelo entre esse samba, escrito há mais de 50 anos, que denuncia a expulsão da comunidade do samba do seu território no Largo da Banana, e a situação que ocorre no Bixiga após a desapropriação da sede da Escola de Samba Vai-Vai para a construção da estação da linha Laranja do metrô. Apesar da forte resistência dos moradores e do núcleo do Vai-Vai junto ao Movimento Negro, a retirada da escola do seu território reflete, mais uma vez, a tentativa de apagamento da presença, cultura e dinâmicas sociais negras presentes na região.

Em junho de 2022, após a desapropriação da escola, foi dado início às obras da estação da linha Laranja do metrô, anteriormente chamada de "14 Bis". Durante as escavações, foram encontrados vestígios do Sítio Arqueológico do Quilombo Saracura. Contudo, observa-se uma falta de sensibilidade e respeito no processo, pois as obras do metrô prosseguiram sem a confirmação plena da preservação dos vestígios arqueológicos, evidenciando o desvalorizar da história de uma população, neste caso, a negra.

Brito, Mendonça e Rolnik (2023) apontam que os artefatos descobertos, datados do século XIX, podem estar ligados a cerimônias e práticas religiosas de origem africana, reforçando a presença do quilombo na região. Diante dessas evidências, a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em São Paulo encaminhou o caso para instâncias nacionais, envolvendo os Ministérios da Cultura, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Cidadania, além da Fundação Palmares, responsável pela certificação de quilombos. Em fevereiro de 2025, o GEPRETAS foi convidado para visitar o sítio arqueológico Saracura, identificado nas escavações da obra do metrô.

Três integrantes do grupo participaram da visita de campo e exploraram as áreas, que chegam a até 6,50 metros de profundidade (Figura 01). Na área 4, foi encontrada, a aproximadamente 4,50 metros de profundidade, a delimitação de uma construção com vários ambientes, onde é possível identificar os pisos: cimentado vermelho (vermelhão), taco de madeira e ladrilho hidráulico (Figura 02).

Segundo relato da Mãe de Santo Jennifer, integrante da equipe de arqueologia, a hipótese é que essa construção fosse um terreiro, devido às divisões entre ambientes e aos artefatos religiosos encontrados em áreas próximas, como a quartinha de Exú encontrada na área 5 (Figura 03).

Coletivos estão se organizando para lutar pelos direitos à cidade e pela memória da população negra no Bixiga. De acordo com Fernandes (2023), o movimento Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai reúne cerca de 150 coletivos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em defesa do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro.

Embora o grupo reconheça a importância do metrô para a mobilidade e acessibilidade do bairro, alerta que a infraestrutura urbana não pode ser construída à custa do apagamento da memória negra e do desrespeito aos direitos culturais. O projeto, como vem sendo prolongado, reforça o processo de embranquecimento do território e a destruição da cultura e identidade do bairro.

Figura 01 – Escavações da obra do metrô Linha 6 - Laranja  
(Sítio Arqueológico Saracura)



Fonte: Autoria Própria (2025)

Figura 02– Pisos ladrilho hidráulico e taco de madeira  
(Sítio Arqueológico Saracura)



Fonte: Autoria Própria (2025)

Figura 03 – Quartinha de Exú  
(Sítio Arqueológico Saracura)



De volta ao samba, são apresentadas duas músicas compostas por Geraldo Filme. A primeira, “Cordão do Vai-Vai”, enaltece a Escola de Samba Vai-Vai e demonstra a coletividade presente no bairro do Bixiga, resgatando a tradição e a origem do samba paulista, especialmente os cordões.

**“ Vai-Vai não tem igual  
O Vai-Vai é nosso cordão  
Mas o Vai-Vai exige respeito  
Trazendo no peito  
A faixa de campeão**

No samba seguinte, é possível traçar um paralelo histórico sobre o bairro do Bixiga, seu constante processo de disputa e as tentativas de apagamento histórico. A música “Tradição (Vai no Bexiga pra ver)” serviu como samba de quadra na década de 1970 e, hoje, funciona como hino da escola. Nela, é retomada a memória e a tradição do bairro, resgatando a imagem da Saracura e o saudosismo dos cordões.

**“ Quem nunca viu o samba amanhecer  
Vai no Bexiga pra ver  
Vai no Bexiga pra ver  
O samba não levanta mais poeira  
Asfalto hoje cobriu o nosso chão  
Lembrança eu tenho da Saracura  
Saudade tenho do nosso cordão  
Bexiga hoje é só arranha-céu  
E não se vê mais a luz da Lua  
Mas o Vai-Vai está firme no pedaço  
É tradição e o samba continua**

Além disso, aponta-se o processo intenso de verticalização do bairro, observado também nos dias atuais, em paralelo às questões sobre os impactos e contradições entre o progresso e a continuidade do samba, como na canção “Vou sambar n’outro”, analisada anteriormente. Contudo, na letra de “Tradição (Vai no Bexiga pra ver)”, ao contrário da anterior, há uma perspectiva de permanência do samba no espaço transformado, e não de deslocamento (Gonçalves, 2016).

Por meio das composições de samba, é possível compreender as mudanças que ocorreram na paisagem de São Paulo. Destacam-se, ainda, os territórios negros e suas sociabilidades, que foram afetados pela constante tentativa de apagamento da memória negra. Essas canções também ressaltam posturas políticas que auxiliam na resistência às expressões culturais negras, historicamente marginalizadas e oprimidas.

Evidenciar a cultura negra por meio do samba é fundamental tanto para a manutenção da memória e ancestralidade negras, quanto para a continuidade e preservação da cultura brasileira.

# Considerações finais

As análises do Bixiga, do samba e do processo histórico de urbanização de São Paulo revelam as tentativas sistêmicas de apagamento da cultura negra e das contribuições da população negra na cidade. A gentrificação, que expulsa a comunidade negra e pobre sob o pretexto de levar "desenvolvimento" àquela região, é um reflexo de um processo de "melhoramento" urbano que desconsidera e apaga a presença histórica e cultural desses grupos.

É necessário reconhecer que o planejamento urbano de São Paulo, assim como de muitas outras cidades brasileiras, é racista. Ele exclui, apaga, invisibiliza e desconsidera as populações minoritárias, suas histórias, memórias, vozes, cosmovisões, religiosidades, corpos e culturas. Uma sociedade fortemente pautada pelo racismo e pelo apagamento deixa marcas profundas (materiais e imateriais) em seus territórios.

Nesse contexto, é possível entender como a população negra, mesmo diante de um planejamento urbano racista, criou e constituiu os seus próprios espaços urbanos, os territórios negros. Esses espaços, representam a memória coletiva e possibilitam o destaque de um segmento das identidades negras, intimamente atreladas aos lugares onde vivem.

Evidenciar essas narrativas é fundamental para reconhecer a importância da comunidade negra na formação e organização do espaço urbano, que, embora enfrente tentativas constantes de apagamento e desvalorização, continua a lutar pelo reconhecimento de seus valores e contribuições em diversas áreas do conhecimento.

Nascimento (1998) destaca que a população negra deve escrever sua própria história, fundamentada em sua identidade e singularidade, para se legitimar e não acreditar em versões distorcidas que perpetuam crenças coloniais. Embora a cidade tenha passado por um projeto de apagamento dos territórios negros e suas contribuições, as comunidades sempre resistiram preservando tradições ancestrais no espaço urbano.

As composições de samba desempenham um papel fundamental ao narrar as mudanças sociais ocorridas na cidade de São Paulo, a partir da voz e do protagonismo do corpo negro. Elas demonstram as contribuições simbólicas da população negra na construção dos espaços urbanos, ressaltando a importância da preservação da cultura negra e de sua continuidade dentro do contexto cultural brasileiro.

Apesar das constantes tentativas de apagamento histórico-cultural da população negra, como exemplificado no processo de desapropriação do terreno da Escola de Samba Vai-Vai em 2021 para a construção da estação da Linha-6 Laranja do metrô, e na subsequente escavação e descoberta dos vestígios do Quilombo Saracura, observa-se a resistência contínua da comunidade negra em preservar seu legado e transmitir sua história e cultura.

É urgente preservar o patrimônio material encontrado no sítio arqueológico Saracura, mantendo a memória do Quilombo Saracura como um marco importante na paisagem urbana e cultural do Bixiga. A região, às margens do rio Saracura, formou-se como um espaço de sociabilidades negras, refletindo as vivências, a cultura e o senso comunitário dessa população.

Por fim, a história do Bixiga está intrinsecamente ligada à história da cidade de São Paulo e da população negra, que resistiu e segue resistindo ao processo de opressão e apagamento. O território negro do Bixiga representa um espaço de pertencimento e sociabilidade, onde a identidade territorial se entrelaça com o campo material e imaterial, influenciando diretamente a organização do espaço urbano e as dinâmicas socioculturais da cidade.

## Referências

- BASTOS, Sênia (org.). Migração e turismo na cidade de São Paulo: Liberdade e Bixiga em perspectiva – Rio de Janeiro: Provisório Produções: Modi Produções, 2021.
- BRITO, Gisele; MENDONÇA, Pedro Rezende; ROLNIK, Raquel. Territórios de exclusividade branca: segregação, negação e enfrentamento do racismo no planejamento urbano da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, v. 9, n. 17, p. 35-59, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/890>. Acesso em: 24 fev. 2024.
- CASTRO, Márcio Sampaio de. Bexiga: um bairro afro-italiano. Cidade: Annablume, 2008.
- D’ALEMBERT, Clara Correia; FERNANDES, Paulo Cesar Gaioto. Bela Vista: A preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 204, p.00-00, 2006. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ada0c\\_Revista\\_do\\_Arquivo\\_n204.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ada0c_Revista_do_Arquivo_n204.pdf). Acesso em: 08 jun. 2024.
- FERNANDES, Thiago. Movimento Saracura Vai-Vai protocola ação contra irregularidades nas obras da Linha 6 do Metrô em defesa do patrimônio arqueológico afro-brasileiro, Instituto de Referência Negra Peregum, 8 fev. 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/2023/02/08/movimento-saracura-vai-vai-protocola-acao-contra-irregularidades-nas-obras-da-linha-6-do-metro-em-defesa-do-patrimonio-arqueologico-afro-brasileiro/#:~:text=O%20Movimento%20Mobiliza%20Saracura%20Vai,%20laranja%20do%20metrô%2C%20s.ob.> Acesso em: 05 de maio de 2024.
- GONÇALVES, Camila Teixeira. Intervenções contemporâneas no Bixiga: Fissuras urbanas e Insurgências, 2016. 442. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-06072016-094834/publico/Corrigida.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- LUCENA, Célia Toledo. Bairro do Bexiga: a sobrevivência cultural. Brasiliense, 1984.
- MARCHEZIN, Lucas Tadeu. Um samba nas quebradas do mundaréu: a história do samba paulistano na voz de Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde, Toniquinho Batuqueiro e Plínio Marcos. 2016. 191f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) -- Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 2016. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-11102016-151333/publico/Lucas\\_Marchezin\\_Original.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-11102016-151333/publico/Lucas_Marchezin_Original.pdf). Acesso em: 10 maio. 2024.



MARZOLA, Nadia. Bela Vista: História dos bairros de São Paulo, 1979.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. Dunia Ossaim: reflexões sobre afro-americanos, meio ambiente e desenvolvimento. Revista THOTH Escriba dos deuses: Pensamento dos povos africanos e afrodescendentes, n. 5, p.267-273, 1998. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/502815>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PANTA, Mariana. População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. Acervo, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 79–100, 2019. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1521>. Acesso em: 24 mar. 2024.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial. 2006

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, v. 17, 1989.

SILVA, Gleuson Pinheiro. Raça, cultura e disputa territorial: o caso do Príncipe Negro da cidade Tiradentes. 2020. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.16.2020.tde-28042021-151654. Disponível em:

[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-28042021-151654/publico/MEGleusonPinheiroSilva\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-28042021-151654/publico/MEGleusonPinheiroSilva_rev.pdf). Acesso em: 16 maio. 2024.

SIMSON, Olga. Brancos e negros no carnaval popular paulistano 1914-1988.1989. 245. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Letras, 1989. FFLCH-USP. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/06/brancos-negros-carnaval-popular-paulista-1914-1988.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SOARES, Reinaldo da Silva. O Cotidiano de uma Escola de Samba Paulistana: o Caso do Vai-Vai. 1999. 215p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999. doi:10.11606/D.8.1999.tde-08102005-144552. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08102005-144552/publico/DissertacaoReinaldo.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.



# **TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES NEGRAS E PERIFÉRICAS:**

A COMUNIDADE DA BRASILÂNDIA

---

*ELLYSON SANTOS MIRANDA  
GISELLY BARROS RODRIGUES*



O desenvolvimento urbano das cidades brasileiras é marcado por processos históricos complexos, nos quais a população negra desempenhou um papel fundamental, ainda que frequentemente invisibilizado. Este capítulo dedica-se a investigar o desenvolvimento urbano do distrito da Brasilândia, localizado na Zona Norte de São Paulo, a partir de uma perspectiva decolonial e afrocentrada. Tal abordagem busca não apenas ressaltar as contribuições da população negra na formação e identidade da região, mas também confrontar as narrativas hegemônicas que marginalizam e estigmatizam esses territórios e, conseqüentemente, seus moradores.

A Brasilândia, distrito com mais de 50% de sua população autodeclarada preta ou parda, é um espaço de grande relevância para a compreensão das dinâmicas socioculturais e urbanas que envolvem a presença negra na cidade.

A pesquisa aqui apresentada é um desdobramento de estudos anteriores, como o projeto de pesquisa intitulado "Territórios Negros: O Lado Norte de São Paulo" e o projeto de extensão TENEGRES (Territórios Negros e as Escolas: Descobrimo o Lado Norte de São Paulo – Brasilândia), que já vinham mapeando e analisando os territórios negros presentes na Zona Norte da cidade.

Este estudo, no entanto, concentra-se especificamente na Brasilândia, buscando aprofundar a compreensão sobre os processos de formação e desenvolvimento dos territórios negros na região. A investigação inclui revisão bibliográfica, análise de bases cartográficas e visitas de campo, as quais permitiram mapear 25 territórios negros em seis bairros do distrito, além de estabelecer uma escuta ativa da comunidade, resgatando memórias e histórias ausentes dos documentos oficiais.



O estudo evidencia como o planejamento urbano racista da cidade de São Paulo expulsou sistematicamente famílias negras e pobres das áreas centrais para as periferias. Apesar de ser um processo violento, tais medidas contribuíram para a formação de territórios negros e periféricos, como é o caso da Brasilândia.

Além disso, este estudo dialoga com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), o qual estabelece a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades e de valorizar a cultura e a dignidade da população negra. Ao destacar as contribuições materiais e imateriais da comunidade afro-brasileira para o desenvolvimento urbano da região, não apenas resgatam-se histórias invisibilizadas, como também constrói-se uma narrativa contra-hegemônica sobre o território negro e periférico da Brasilândia.

Figura 01 - Mapa da cidade de São Paulo com destaque da zona norte e distrito da Brasilândia



Fonte: Autoria própria (2024)

Localizada na Zona Norte de São Paulo (Figura 01), desde a década de 1930 a região da Brasilândia (Figura 02) passou por um processo de transformação de terras agrícolas em áreas residenciais, repetindo padrões verificados em outras partes da cidade. A Brasilândia teve início com o loteamento de sítios, como o de Basílio Simões, em 1947. Sua liderança comunitária, especialmente na construção da Igreja de Santo Antônio, deu origem ao nome do bairro (SÃO PAULO, 2019).

A ocupação da Brasilândia se consolidou na década de 1930 com o loteamento Vila Brasilândia, embora a região já tivesse outras iniciativas, como o loteamento Vila Itaberaba, da Companhia Territorial São Paulo. Este loteamento, situado entre a rua Parapuã e a Pedreira Vega Sopave, atraiu trabalhadores pela oferta de moradia (Angileli, 2007). Após este período, o crescimento da Brasilândia continuou expressivamente. A área de 14 km<sup>2</sup> continha: 47 bairros, 247.000 habitantes, 51% dos domicílios irregulares, distribuídos em 38 loteamentos irregulares e 93 favelas, com os 7 km<sup>2</sup> restantes ocupados pela Reserva Florestal da Cantareira.

Figura 02 - Território da Brasília



Fonte: Autoria Própria (2023)

Entre 1991 e 2000, a Brasilândia apresentou um crescimento populacional significativo em comparação à taxa de crescimento do município de São Paulo. Enquanto o distrito registrou um crescimento de 2,30%, a cidade de São Paulo teve uma taxa de apenas 0,88%. No mesmo período, a região viu o surgimento de cerca de 17.000 novos domicílios e uma adição de 46.000 novos habitantes (Angileli, 2007).

Entretanto, houve uma redução do número de habitantes e bairros, visto que no Censo de 2010 a população total da Brasilândia foi registrada com 264.918 pessoas, com uma distribuição quase equitativa entre homens (47,72%) e mulheres (52,28%). A faixa etária mais representativa estava entre 20 e 29 anos, compreendendo aproximadamente 18,89% da população total. Quanto à composição étnico-racial, a maioria da população se identificava como negra (50,60%), seguida por brancos (48,62%), amarelos (0,68%) e indígenas (0,10%) (IBGE, 2010).

Observando a quantidade de equipamentos culturais, a Brasilândia possui índice de 0,7 equipamentos públicos de cultura, situando-se na 32ª posição entre os 96 distritos da capital de São Paulo, segundo a Rede Nossa São Paulo (2023). Esse cenário de poucos espaços e equipamentos de cultura oficiais presentes no distrito é apresentado na Figura 03. Porém, é preciso destacar que outros espaços de lazer e cultura existem no distrito, embora fomentados pela própria população por meio de coletivos, organizações não governamentais (ONGs), associações de moradores e espaços destinados ao lazer para jogos de futebol, por exemplo.

Quanto à educação, os dados evidenciam um cenário misto. De acordo com a Rede Nossa São Paulo (2023), o número de matrículas no ensino básico em escolas públicas é de 96,37%, ocupando o 8º lugar. O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para os anos iniciais das escolas públicas é de 5,4 (38º lugar), enquanto para os anos finais é de 5 (11ª posição). Na Figura 04, é possível observar a distribuição das escolas públicas do ensino infantil, fundamental e médio no distrito.

Figura 03 - Mapa com os equipamentos culturais no distrito da Brasilândia



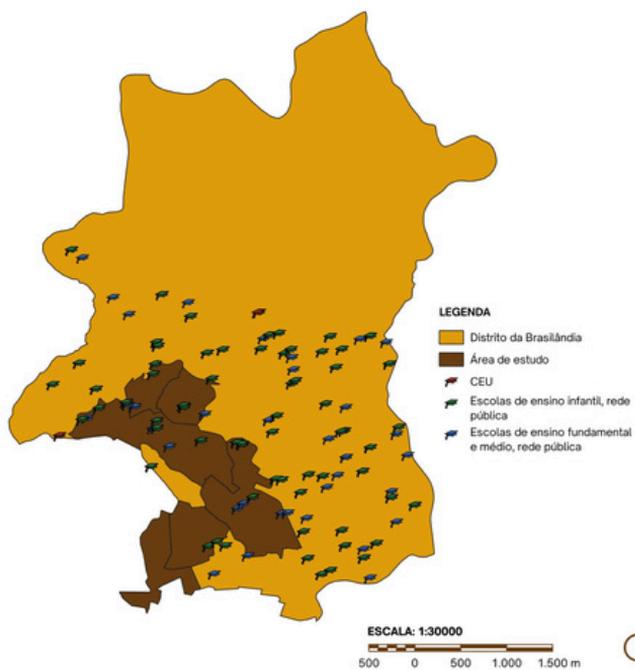
Fonte: Autoria própria (2024)

Em relação aos equipamentos esportivos, observa-se uma deficiência. A presença de quadras esportivas nas escolas públicas possui índice de 63,83, ocupando o 30º lugar, já os equipamentos públicos esportivos registram índice de 0,18, posicionando-se em 68º lugar, ambos abaixo da média municipal, segundo a Rede Nossa São Paulo (2023). Quanto à habitação, no quesito quantidade de favelas, o distrito ocupa a 86ª posição, e as famílias em atendimento habitacional provisório por situação de risco e emergência registram um índice de 100, situando-se na 44ª posição.

Já no quesito mobilidade, a velocidade média dos ônibus é de 17,71 km/h, ocupando o 73º lugar, e o acesso à infraestrutura cicloviária registra 16,92, posicionando-se em 78º lugar, ambos abaixo da média municipal. Por fim, o número de residentes atualmente é de 285.343, o 7º maior da cidade, e a população preta e parda representa 50,6%, o 14º distrito com mais negros na cidade de São Paulo (Rede Nossa São Paulo, 2023).



Figura 04 - Mapa com os equipamentos de educação no distrito da Brasília



Fonte: Autoria própria (2024)

2022

**Territórios negros  
cartografados e as  
memórias da comunidade**



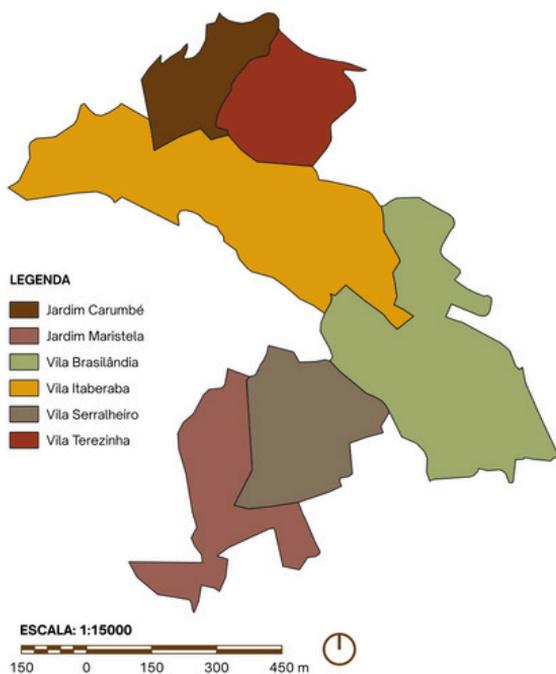
Para este estudo, foi realizado um recorte geográfico que contempla seis bairros que compõem os distritos da Brasilândia e da Freguesia do Ó (Figura 05). Tal escolha foi definida a partir das indicações da comunidade, alvo do projeto de extensão “TENEGRES - Territórios Negros e as Escolas: descobrindo o lado norte de São Paulo, Brasilândia”, sobre os territórios negros e personalidades da região, além dos levantamentos realizados em bases oficiais.

Com base no mapeamento dos territórios negros realizado no recorte geográfico definido, foram identificados espaços por tipologias de uso, como o cultural. Nesses territórios, situados nas periferias, emergiram movimentos culturais como o hip-hop Rolnik (1989), uma manifestação atual da especificidade de um processo contínuo de construção da identidade negra que ultrapassa o tempo e o espaço.

Ademais, foram levantadas ONGs, praças públicas (ligadas à memória negra), salões de beleza, grupos de capoeira, centros esportivos, templos religiosos (ligados às religiões de matriz africana), espaços de cultura e a Escola Jornalista Ruy Mesquita (escola pública de Ensino Fundamental II, alvo do projeto TENEGRES Brasilândia em 2023 e 2024). Todos esses espaços, considerados territórios negros nesta pesquisa, emergem de coletivos ou indivíduos negros que trabalham em prol e em conjunto com a comunidade (de maioria negra).

É importante destacar que o território é “o lugar em que desembocam todas as ações, [...], isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência [...]” (Santos; Becker, 2006, p. 13). O território usado é composto pelo espaço físico e pela identidade das pessoas que o ocupam. Essa identidade reflete o sentimento de pertencimento a um lugar que também lhes pertence. O território é a base para o trabalho, o espaço onde vivemos, onde ocorrem as trocas materiais e espirituais, e onde exercemos nossas atividades cotidianas, afirmam os autores. Nesse sentido, e dentro do recorte geográfico definido para esta pesquisa, foram cartografados 25 territórios negros, conforme apresentado na Figura 06.

Figura 05 - Mapa com a identificação dos bairros de estudo



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 06 - Mapa cartografado com os territórios negros na área de estudo



Fonte: Autoria própria (2024)

O primeiro território negro apresentado, identificado durante a articulação com a comunidade, é a Associação de Moradores do Alto da Vila Brasilândia - AMAVB (Figura 07), uma entidade solidária do bairro da Vila Terezinha, que iniciou sua atuação no território em 2008 com iniciativas focadas no lazer, em atividades esportivas e culturais, a partir da união dos integrantes de um time de futebol de várzea local.

Segundo o ITC (2025), a partir de 2019, a organização passou a promover cursos voltados ao empreendedorismo e à geração de renda, em colaboração com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Porém, as aulas foram interrompidas devido à pandemia de Covid-19. Em resposta à crise sanitária, a associação direcionou seus esforços para ações de combate à fome, incluindo a produção e entrega de marmitas e cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade (ITC, 2025).

Figura 07 – Fachada da sede da AMAVB



Fonte: Autoria própria (2023)

O território negro Instituto Vó Tutu foi idealizado por Maria Paulina Avelino Marques da Silva, conhecida como Vó Tutu, que viveu sua infância no bairro do Bixiga, oferecendo um panorama sobre suas origens e raízes culturais. A migração para a Brasilândia, um bairro recém-criado na década de 1950, destaca o movimento migratório interno na cidade de São Paulo. De acordo com o site do Instituto, a instituição foi criada durante a pandemia, um período de muitas perdas e incertezas. A fundadora havia perdido um restaurante e, sem saber o que fazer, voltou para casa com seus quatro filhos, todos desempregados devido à crise sanitária. Em meio ao caos, ela buscou orientação divina (Instituto Vó Tutu, 2024).

No site da instituição, é possível encontrar um trecho que fala que os netos da Vó Tutu, com a câmera de um celular, gravaram um vídeo pedindo ajuda para arrecadar ingredientes como farinha, leite e ovos. A partir da gravação, começaram a chegar as doações, permitindo que Vó Tutu produzisse 1.200 pães sem a ajuda de máquinas ou qualquer tecnologia.

O Instituto Periferias Sem Fronteiras foi criado com o propósito de desenvolver um espaço de acolhimento e de intervenção social, cultural e educacional na região da Brasilândia. A instituição pretende fomentar atividades e práticas sociais e educacionais com o objetivo de transformar o território. É fornecido um espaço onde ocorrem cursos, exposições e pequenas apresentações, com disponibilidade de uma biblioteca com mais de mil títulos.

A Preto Império, outro território negro identificado, é um coletivo e um negócio de impacto social, liderado por Dimas Reis, Priscila Reis e Beatriz Reis. A sede da organização está localizada na Vila Teresinha e oferece atividades e serviços nas áreas de arte e cultura, aprendizagem coletiva, saúde e bem-estar, e comunicação.

Por fim, fechamos a identificação e análise dos territórios negros ligados a grupos, ONGs, associações e equipamentos culturais com a Casa de Cultura Municipal da Brasilândia. O espaço foi inaugurado em 2010, através de emenda parlamentar do Vereador Claudinho de Souza. A casa ficou sob a supervisão da Subprefeitura da Freguesia do Ó / Brasilândia até setembro de 2014, quando, através do Decreto 55.547 de 26.09.2014, passou a ser um equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Localizada na Praça Benedicta Cavalheiro, s/nº, a Casa de Cultura oferece várias atividades, como: Capoeira, Dança do Ventre, Projeto Samba do Congo, Samba Rock e Artesanato. Situa-se em um terreno de 2.200m<sup>2</sup>, que dispõe de um amplo salão e um anfiteatro ao ar livre (Casa de Cultura [...], 2017).

Na tipologia praças públicas, foi identificado o território negro da Praça Benedicta Cavalheiro. Benedicta nasceu em 1809, mas, pela data de falecimento que consta no mesmo site, é mais provável que ela tenha nascido em 1909 e tenha falecido aos 87 anos. Residiu na rua Raulino Galdino da Silva e, após o casamento, mudou-se para o sítio da família, no Morro Grande, bairro da Brasilândia. Ela era uma militante ativa por melhorias no bairro, ajudava todos e era respeitada pela comunidade. Foi homenageada com o nome na praça em 2000 (Dic.Ruas, 2023).

A praça possui 1.200 metros quadrados, conta com a Casa de Cultura da Brasilândia e uma EMIA (Escola Municipal de Iniciação Artística). Era também nessa praça que acontecia regularmente, todas as quartas-feiras a partir das 19h, a Batalha de Rima da Brasilândia, que tem mais de 15 mil seguidores no Instagram e mais de 45 mil no YouTube. Porém, com as obras do metrô da Linha 6 – Laranja, a praça foi interditada e a Batalha da Brasilândia tem acontecido provisoriamente na região de Pirituba.

Outra praça mapeada foi a Praça Luiza Mahin, que antigamente era conhecida como Pracinha do Sabão. Ela foi renomeada e reinaugurada em 9 de março de 1985, um dia após o dia Internacional das Mulheres, com a presença do bloco carnavalesco Ilê Aiyê, da cidade de Salvador (Bahia), primeiro bloco carnavalesco afro-brasileiro do Brasil.

Figura 08 - Espaço livre no acesso para a Casa de Cultura da Brasilândia



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 09 – Praça Luiza Mahin



Fonte: Autoria própria (2023)

Essa praça já foi palco de uma atividade da Jornada do Patrimônio de 2017, iniciativa de um jornalista morador da região chamado André Cintra, sobrinho de Benedito Cintra, deputado estadual que, em 1985, propôs que o nome da praça fosse alterado para homenagear a Luiza Mahin. Em 2023, a praça também foi palco da Jornada do Patrimônio, com atividade protagonizada pela equipe do projeto de extensão TENEGRES Brasilândia.

A Casa Luiza Mahin também foi incluída no mapeamento por estar associada à praça com o mesmo nome, além de situar-se na área de estudo. Inaugurada em 1º de julho de 2023 como um novo espaço de resistência e luta, a Casa é organizada por iniciativa da militância do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores) da região, o objetivo do grupo é que o espaço seja aberto à comunidade e ao ativismo local (Clara; Luz, 2023).

Martins (2003) observa que, nas tradições rituais afro-brasileiras, marcadas por diversos cruzamentos simbólicos, o corpo é adornado por movimentos, voz, coreografias, propriedades de linguagem, figurinos, desenhos na pele e no cabelo, além de diversos adornos. Esses elementos estilizam e representam o corpo como um lócus e ambiente do saber e da memória.

Nesse sentido, os próximos territórios mapeados na área delimitada para o estudo foram todos relacionados ao cabelo, especificamente cabelo cacheado e crespo. Esses locais foram selecionados devido à forte presença negra e à ligação com a cultura negra. Alguns desses territórios são conhecidos por trançar cabelos ou possuem nomes que fazem referência aos negros.

Para identificá-los, as buscas foram realizadas no Google Maps, ao inserir palavras-chave como “negro/negra”, “preto/preta” e “black” na aba de pesquisa, dentro dos seis bairros definidos. No entanto, não foi possível encontrar muitas informações sobre esses lugares nos sites de busca e nas redes sociais; ainda assim, algumas informações foram utilizadas. Os territórios mapeados com seus respectivos endereços são: a Barbearia Espaço Black, localizada na Estrada Lázaro Amâncio de Barros, na Vila Itaberaba; o salão de beleza Brazilian Brown, na Rua Tomás Lopes, Brasilândia; o salão de beleza Essência Black, na Rua Tabatinga, Vila Itaberaba; o salão de beleza Estyllo Preta, na Rua Luiz Faccini, Vila Teresinha; e o salão de beleza Kanawa Dourado, na Rua José de Sá Accioly, no Jardim Maristela.

A mesma busca ocorreu para encontrar três dos quatro espaços destinados às práticas religiosas de matriz africana mapeados nesta pesquisa. São eles: o Palácio do Rei Negro do Brasil, localizado no bairro Jardim Maristela, na Rua José de Sá Accioly; a Tenda de Umbanda Os sete Caminhos da Estrela Guia, na Rua Dr. Roberto Zwicker, Jardim Serralheiro; e o Terreiro de Umbanda e Quimbanda Caboclo Apavenã, na Rua Nair Ramos Shuring, na Vila Brasilândia.

No entanto, o quarto território negro de religiosidade de matriz africana, o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara (Figura 10), foi identificado a partir de pesquisas em bases oficiais. A fundadora do terreiro, Mãe de Santo Manaundê, Julita Lima da Silva, nasceu em Barracão, Bahia, em 1924. Sua mãe foi iniciada para Obaluaiê e estava dando obrigação quando Mãe Manaundê nasceu (Silva, 2021).

A Mãe Manaundê fundou, em 1962, o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara. Ele teve influência da umbanda e do espiritismo, mas manteve vínculos com a tradição do candomblé de Sergipe (Silva, 2021). Depois do falecimento da fundadora, o terreiro passou por um período de instabilidade, com problemas de degradação e ameaça de desapropriação. Porém, a Mãe Pulquéria, por já ter laços estreitos com a Mãe Manaundê, assumiu um papel de destaque na comunidade e desempenhou um papel fundamental na luta contra a desapropriação do imóvel e na definição da sucessão no terreiro.

O terreiro, além de sua importância como o primeiro terreiro de candomblé registrado na cidade de São Paulo, é tombado pelo patrimônio histórico e cultural, e também atua arrecadando e distribuindo doações no distrito da Brasilândia, desempenhando um papel social significativo. Estabelecido há mais de cinco décadas em São Paulo, o terreiro, agora comandado por Mãe Pulquéria, faz parte da história das religiões afro-brasileiras na região Sudeste do país (Silva, 2021).

Mãe Manaundê teve um papel fundamental na instalação e preservação das religiões afro-brasileiras, e Mãe Pulquéria, na preservação do espaço e no processo de tombamento, que foi importante para manter protegido um espaço que guarda tanto a memória da religião do candomblé quanto a própria memória da Brasilândia. Nascimento (1998) afirma que as comunidades de candomblé são componentes da sociedade brasileira e influenciam diretamente o sistema sociocultural.

Figura 10 – Terreiro de Candomblé Santa Bárbara



Fonte: Autoria própria (2024)

Na tipologia ligada às atividades corporais e esportivas, outro território mapeado foi o grupo de capoeira Menino Saci. Apesar das dificuldades em coletar informações sobre o grupo, foi possível descobrir sua fundação, em 1996. Cunha et al. (2014) afirmam que a capoeira desempenha um papel significativo na organização da memória histórica do Brasil, assim como na utilização do corpo e da cultura na construção da identidade brasileira. Os autores mencionam que o corpo é uma fonte rica de significados, dotado de atitudes e sentimentos, e, por meio de gestos, é possível expressar valores e ideais em uma comunicação não verbal.

O espaço do time de futebol de várzea Beija-Flor foi outro território negro cartografado. Inserido no bairro Jardim Paulistano, o grupo teve origens mais abrangentes inicialmente, incluindo a participação em blocos de escola de samba e eventos comunitários. Com o passar do tempo e a falta de assistência e recursos, as atividades da equipe foram reduzidas, passando a se concentrar apenas no futebol.

A história do Beija-Flor demonstra a importância do futebol de várzea articulado às sociabilidades negras dentro dos respectivos territórios, como um elemento de coesão e desenvolvimento comunitário em contextos, em geral, marcados pela ausência de recursos e de investimento público adequado. A trajetória do time reflete o empenho de seus membros em criar e manter espaços de convivência e resistência negra, cultural e esportiva.

Não foi possível coletar informações sobre os demais territórios inseridos na área de estudo e ligados ao esporte. Ainda assim, os territórios negros esportivos foram mapeados e estão listados com seus respectivos endereços: Quadra Canarinho Carumbé, localizada na Rua Laurindo dos Santos, Jardim Carumbé; Escola de Futebol Jardim Maristela, situada na Rua Saldanha de Oliveira, Jardim Maristela; Mocidade Paulista Futebol Clube, na Avenida Michihisa Murata, Jardim Maristela; e o Centro Educacional Esportivo Oswaldo Brandão, também localizado na Rua Michihisa Murata, Jardim Maristela.

Por fim, a Escola Estadual de Ensino Fundamental II Jornalista Ruy Mesquita, localizada no bairro do Jardim Carumbé, foi mapeada como um dos territórios negros durante a pesquisa: um território negro e estudantil, espaço onde os estudantes podem se aquilombar quando se identificam com o território. “Entendendo que a sociabilidade entre os estudantes e a cultura periférica impregnada em suas vivências, podem fortalecer o senso comunitário, ancestral, de pertencimento e acolhimento coletivo.” (Rodrigues; Dorea, 2023, p. 132).

Após o mapeamento dos 25 territórios negros inseridos no espaço urbano da Brasilândia, foi possível observar que estes podem ocupar os espaços livres, construídos, públicos ou privados, partindo, em geral, da coletividade e impulsionados por pessoas que residem no território. Alguns desses vinculam-se a instituições públicas, possuem a chancela do Estado e são oficializados. Contudo, a maior parte é protagonizada por personagens e coletivos da comunidade negra e periférica da Brasilândia, que buscam a melhoria de seu território.

# Considerações finais

Este estudo investigou a participação da população negra na construção e no desenvolvimento urbano do distrito da Brasilândia, localizado na zona norte da cidade de São Paulo. Após a compreensão da história e a caracterização territorial do distrito, com base em investigações em fontes oficiais e articulações com a comunidade — especialmente por meio do projeto de extensão TENEGRES Brasilândia — foi possível desenvolver uma narrativa decolonial e afrocentrada do extremo norte da cidade, evidenciando as histórias, memórias e culturas negras e periféricas ativas no território.

Devido à grande extensão territorial e à alta densidade populacional do distrito, foi realizado um recorte geográfico, delimitado a seis bairros, dos quais um pertence oficialmente ao distrito vizinho, Freguesia do Ó. Ao longo da pesquisa, observou-se que, embora as bases oficiais públicas apresentem os limites territoriais do distrito, a própria comunidade - a partir das suas dinâmicas - define outras delimitações e vivências territoriais locais.

Como exemplo, cita-se a Casa de Cultura da Brasilândia e a futura estação da Linha 6 – Laranja do metrô denominada Brasilândia, ambas localizadas no Distrito da Freguesia do Ó, fora dos limites oficiais da Brasilândia. Ainda assim, esses espaços são reconhecidos pela comunidade e até pelo poder público como pertencentes à Brasilândia.

É importante destacar que, durante a realização desta pesquisa, foram enfrentadas dificuldades na obtenção de referencial bibliográfico e documental sobre a história da região a partir de uma perspectiva contra-hegemônica — reflexo do apagamento histórico e científico da contribuição negra no processo de urbanização da cidade de São Paulo. Constatou-se, ainda, que o processo de urbanização foi marcado pela exclusão e expulsão da população negra e pobre, bem como pelo apagamento de suas histórias, memórias e contribuições.

O planejamento urbano racista que estrutura as cidades brasileiras relegou esses corpos às margens, aprofundando desigualdades espaciais e sociais. Nesse contexto, a oralidade — prática fundamental em comunidades africanas, afro-brasileiras e indígenas — emergiu como elemento essencial para a preservação e transmissão dessas memórias, especialmente entre as comunidades periféricas.

Além disso, ouvir as personalidades locais valoriza a comunidade e evoca a ancestralidade negra e periférica. A oralidade, nesse sentido, constitui um meio crucial para manter vivas narrativas e experiências historicamente invisibilizadas nos territórios periféricos e centrais, tanto pela gentrificação quanto pelas narrativas hegemônicas brancas e coloniais difundidas na academia.

Ao compreender as narrativas contra-hegemônicas relacionadas às leituras urbanas, torna-se evidente que as formas de ocupação negra no espaço urbano e sua participação na estruturação das cidades têm sido desconsideradas ou reduzidas à marginalidade. Os estudos urbanos sobre territórios negros e dinâmicas socioculturais nesses espaços foram historicamente negligenciados pela academia. Somente na última década observa-se um interesse crescente, impulsionado pelas lutas do movimento negro em diversas esferas da sociedade, que buscam evidenciar e valorizar histórias, memórias, identidades e culturas negras.

Os territórios negros, como os cartografados na Brasilândia, demonstram a força da coletividade, da resistência e da resiliência na apropriação do espaço urbano pela comunidade negra e periférica, com ou sem o reconhecimento do Estado. Esses espaços, marcados pela presença negra, constituem marcos de uma identidade coletiva e de um legado cultural de grande relevância. O reconhecimento e o estudo desses territórios são fundamentais para a compreensão da complexidade do processo de urbanização da cidade e para o reconhecimento da importância da população negra na constituição étnico-sociocultural-territorial de espaços específicos de São Paulo.

É possível afirmar que a apropriação e a resistência da população negra nos espaços urbanos reforçam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e representativa nas pesquisas acadêmicas que tratam da cidade. As histórias, memórias e culturas negras e periféricas da Brasilândia constituem uma rica fonte de conhecimento, revelando uma identidade comunitária profundamente articulada ao território — uma identidade que precisa ser reconhecida, preservada e amplamente difundida.

Por fim, vislumbra-se uma nova forma de ser, fazer e entender a cidade, por meio da escuta, da articulação e do trabalho conjunto com a comunidade — sobretudo negra e periférica —, contribuindo para um entendimento mais abrangente e plural da história e do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo.

## Referências

- ANGILELI, Cecília Maria de M. M. Paisagens reveladas no cotidiano da periferia: Distrito de Brasilândia, Zona Norte do Município de São Paulo. 2007. 281 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003, Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm#art65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm#art65). Acesso em: 14 fev. 2025.
- CASA DE CULTURA MUNICIPAL DA BRASILÂNDIA. Casa de cultura municipal da brasilândia - spcultura. 19 out. 2017. Disponível em: <https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/669/#/t/ab=sobre>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- CLARA, Maria; LUZ, Israel. No dia 1º de julho, acontece a inauguração da Casa Luiza Mahin na Brasilândia. PSTU. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/no-dia-1o-de-julho-acontece-a-inauguracao-da-casa-luiza-mahin-na-brasilandia/>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- COMUNICAÇÃO EM HISTÓRICO. Mapa da Desigualdade ganha novo formato e agora traz a classificação dos 96 distritos de São Paulo. Nossa São Paulo. São Paulo, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2023/11/28/mapa-da-desigualdade-ganha-novo-formato-e-agora-traz-a-classificacao-dos-96-distritos-de-sao-paulo/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- CUNHA, Igor Márcio Corrêa Fernandes da; VIEIRA, Luiz Renato; TAVARES, Luiz Carlos Vieira; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Capoeira: a memória social construída por meio do corpo. Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 735-755, abr./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.42052>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/42052>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- DIC.RUAS. Praça Benedicta Cavalheiro. 2023. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/historia-da-rua/praca-benedicta-cavalheiro>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos. Censo Brasileiro de 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605#resultado>. Acesso em: 13 fev. 2025.

INSTITUTO VÓ TUTU. Nossa história. Instituto Vó Tutu, [s.d]. Disponível em: <https://votutu.org/nossa-historia/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

ITC - INSTITUTO TRANSFORMAÇÃO CIDADÃ. Quem Somos | ITC - Instituto Transformação Cidadã. 2025. Disponível em: <https://www.ongitc.org/quem-somos/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MARTINS, Lena. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Letras, [S. l.], n. 26, p. 63–81, 2003. DOI: <10.5902/2176148511881>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MENINO SACI. sobre, [s.d]. Disponível em: <https://meninosaci.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. Dunia Ossaim: reflexões sobre afro-americanos, meio ambiente e desenvolvimento. Revista THOTH Escriba dos deuses: Pensamento dos povos africanos e afrodescendentes, n. 5, p.267-273, 1998. Disponível em: [NASCIMENTO, Abdias. Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes. Revista THOTH Escriba dos deuses, n. 5, 1997.](#) Acesso em: 10 ago. 2024.

PERIFERIA sem fronteiras. periferia sem fronteiras. 2025. Disponível em: <http://periferiasemfronteiras.org/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RODRIGUES, Giselly Barros; DOREA, Tainã Antunes Valgas. Projeto afrocentrado: resgatando a memória negra na vila matilde, SP. VIRUS, v. 1, n. 27, p. 122-148, 22 dez. 2023. Disponível em: <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/856>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), Revista de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, setembro 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 28 p. ISBN 85-271-0068-1. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5350058/mod\\_resource/content/1/texto3B\\_msantos\\_1988.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5350058/mod_resource/content/1/texto3B_msantos_1988.pdf). Acesso em: 08 fev. 2025.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: CP&A, 2006.



SÃO PAULO. SUBPREFEITURA FREGUESIA BRASILÂNDIA. Histórico: Conheça um pouco da História dos bairros da Freguesia do Ó e Vila Brasilândia. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 30 maio 2019. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia\\_brasilandia/historico/index.php?p=142](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142). Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Terreiros tombados em São Paulo: Laudos e reflexões sobre a patrimonialização de bens afro-brasileiros. 1. Ed. São Paulo: Leonardo Miyahara, 2021.



# ENCRUZILHADAS E ORALIDADE NOS TERRITÓRIOS NEGROS DA VILA MATILDE

---

*GISELLY BARROS RODRIGUES  
TAINÃ ANTUNES VALGAS DOREA*



**“** Está tudo aí para você curtir  
Do Largo do Peixe à Sapucaí(...) **”**  
Zona Leste somos nós!

**(G.R.C.E.S. Nenê de Vila Matilde, 1988)**

“  
Gulhermanos, Guilhaerminas (...)  
Pois, Guilhaermina  
É, Esperança  
Somos o bando do Lampião  
E o nosso cangaço é  
Cangaíba nosso pedaço  
Ermelino Matarazzo  
Da Guilhaermina a São Bento

(Alcalde, 2012)



As análises sobre o levantamento patrimonial na Zona Leste da cidade de São Paulo denunciam a invisibilidade negra no mapeamento da memória urbana. Um exercício rápido evidencia essa ausência: ao acessar o mapa do Geosampa — uma ferramenta da Prefeitura de São Paulo que reúne informações georreferenciadas sobre a cidade — e acionar as camadas “Monumento” e “Memória e Verdade”, observa-se que o distrito da Vila Matilde se mostra vazio — um espaço destituído de memória, uma cartografia sem registros históricos. Em um primeiro momento, questiona-se: não há memória nos bairros que constituem a Vila Matilde? Que história é essa, não registrada, que consolida esse espaço?

A partir do olhar acadêmico contra-hegemônico, esses questionamentos ganham um tom de inquietação. A resposta frente à invisibilidade e à ausência de registros culmina na relação entre hegemonia e consolidação do espaço urbano. A hegemonia, em termos gerais, é a relação de dominância determinada por um grupo social, de forma que há o monopólio ideológico a partir de uma assimilação acrítica. Esse fenômeno é observável, por exemplo, na dominância dos valores europeus na arquitetura e no urbanismo, por meio da predominância das linguagens e tipologias europeias no ensino, nos projetos e, em muitos casos, na formalização do patrimônio histórico.

A hegemonia cega o olhar para a sonoridade, a oralidade e a corporeidade-performance que grafam a memória no espaço urbano, especialmente no que diz respeito à memória negra. Leda Maria Martins (2021) reitera essa perspectiva ao afirmar que a encruzilhada dos saberes dos povos das diásporas africanas está presente, principalmente, nas práticas corporificadas, isto é, a partir da oralidade, da performance e dos adereços presentes em diversas manifestações culturais. Segundo a autora: “Policromado pelos seus diversos cruzamentos simbólicos, constitutivos, o corpo é o local de um saber em contínuo movimento de recriação, remissão e transformações perenes do corpus cultural e do tempo que o concebe e o estrutura” (Martins, 2021, p. 209).

O corpo é a encruzilhada das diversas articulações que caracterizam a cultura negra. Ele carrega os cruzamentos entre os saberes africanos e suas traduções na diáspora, sendo por meio dos gestos, da oralidade e da performance que transmite essas memórias e traduções. Onde esse corpo performa? Onde esse corpo canta e vozeia?

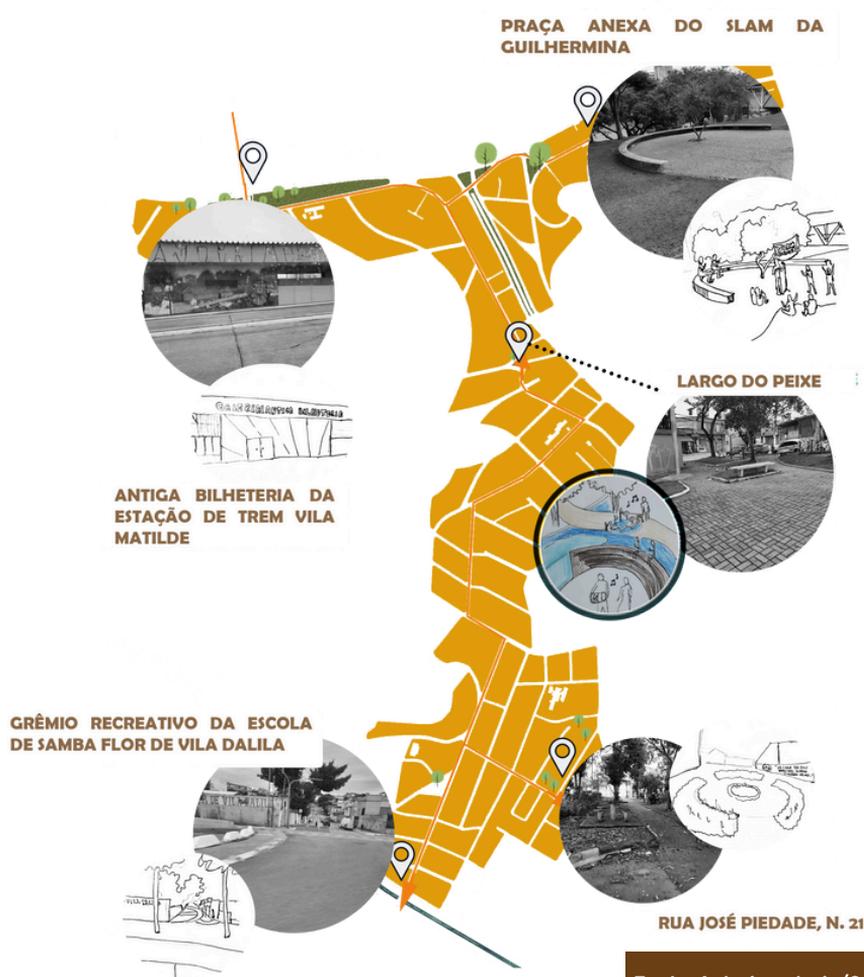
Mapear o corpo inscrito e grafado no espaço é um exercício crucial para identificar como a memória negra se inscreve na cidade. Olhar o espaço urbano do distrito da Vila Matilde sob essa ótica foi essencial para cartografar essa memória e verificar que a oralidade e a performance associadas ao corpo negro sempre estiveram presentes desde a formação do espaço urbano. Esse olhar coloca em questionamento as formas tradicionais de registro e memória na paisagem urbana.

A partir dessas inquietações, foram realizados trabalhos que buscavam cartografar a presença negra no distrito da Vila Matilde, como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Arquitetura e Urbanismo, intitulado Poeticidades Diaspóricas: subjetividades pretas nas ruas da Vila Matilde, e o artigo Projeto Afrocentrado: resgatando a memória negra na Vila Matilde, publicado na revista V!RUS. Ambos os trabalhos foram realizados pelas autoras deste capítulo. O TCC foi desenvolvido por Tainã Dorea e orientado por Giselly Barros, em 2022, e o artigo foi escrito por ambas e publicado em 2023.

Nesses trabalhos, espacializou-se o corpo-tela associado às rodas de samba e às batalhas de poesia que, invisíveis à história oficial, pontuam e caracterizam a malha urbana dos bairros Vila Matilde, Vila Guilhermina e Vila Dalila, localizados no distrito da Vila Matilde. Essa cartografia está associada às rodas de samba da Nenê de Vila Matilde, que ocorriam no Largo do Peixe do final da década de 1940 até 1967 — quando a Nenê da Vila Matilde muda-se para a quadra do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Nenê da Vila Matilde, no bairro da Penha — às rodas de samba da Flor de Vila — quando a Nenê da Vila Matilde muda-se para a quadra do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Nenê da Vila Matilde, no

bairro da Penha —, às rodas de samba da Flor de Vila Dalila, que aconteciam nas várzeas do rio Aricanduva e nas ruas do bairro Vila Dalila, na década de 1970, bem como às rodas de slam que pontuam a Vila Guilhermina desde 2012, conforme a Figura 01.

Figura 01 – Cartografia negra no distrito da Vila Matilde



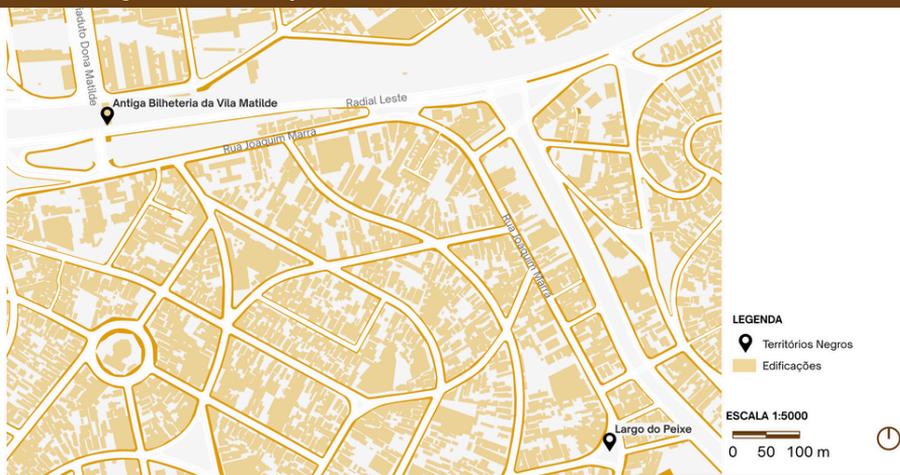
Fonte: Autoria própria (2022)

2022

## Nenê de Vila Matilde



Figura 02 - Localização das rodas de samba da Nenê de Vila Matilde



Fonte: Autoria própria (2024)

O Largo do Peixe, localizado no bairro Vila Matilde, constituiu-se como um importante espaço para a estruturação da Escola de Samba Nenê de Vila Matilde, uma das maiores escolas de samba da cidade de São Paulo, com 11 títulos no Grupo Especial, além de duas conquistas no Grupo de Acesso 1, nos anos de 2010 e 2012, e uma conquista do Grupo de Acesso 2 em 2022.

Os relatos de Alberto Alves da Silva (1921-2010), também conhecido como Seu Nenê, um dos fundadores da escola de samba, são essenciais para a compreensão da importância do Largo do Peixe para o bairro da Vila Matilde. Esses relatos foram registrados em entrevista em 2000 e constam no livro *Memórias do Seu Nenê de Vila Matilde*. Eles narram que, na década de 1940, o Largo do Peixe era o reduto das rodas de tiririca e de samba, em meio ao comércio de peixes:

“Porque tudo surgiu ali

(Silva; Braia, 2000, p. 42)

“ Todos os finais de tarde, nós estávamos no Largo fazendo o nosso batuque. Às vezes era só batuque, outras vezes nós tocávamos (...) Acho que é coisa do espírito mesmo, coisa de crioulo.

(Silva; Braia, 2000, p. 42)

Inclusive, graças à escola de samba, o nome do espaço tornou-se oficialmente Largo do Peixe.

“ Quando foi em 88, nós fizemos o enredo Zona Leste, e o samba que era uma beleza, falava de tudo. Falava do Corinthians, do Adoniram Barbosa, da tiririca, do Largo do Peixe. Foi um desfile bonito. Nós não levamos o campeonato, mas teve um vereador que resolveu homenagear a escola e fez um projeto de lei para o Largo passar a se chamar oficialmente Largo do Peixe.

(Silva; Braia, 2000, p. 42)

Um vereador resolveu homenagear a escola de samba e fez um projeto de lei para o Largo passar a se chamar oficialmente Largo do Peixe (Silva; Braia, 2000, p. 42). O espaço não é valorizado atualmente, em 2024, foi possível registrar o abandono do largo. Na ocasião, observou-se a falta de zeladoria com vegetação alta e ausência do uso e apropriação do espaço pela comunidade, conforme ilustrado na Figura 03.

“**Há coisas que a população do Largo do Peixe e das proximidades não entende. Uma delas é o abandono em que se encontra o tradicional ponto de encontro da Vila Matilde. Afinal de contas, ali no Largo do Peixe nasceu hoje tão famosa “Nenê de Vila Matilde”**

**(SRS. da Regional da Penha, anote o endereço da Vila Matilde, 1979, p.6).**

Figura 03 - Largo do Peixe



Fonte: Autoria própria (2024)

Outro espaço de importante relevância para a Escola de Samba Nenê de Vila Matilde é a antiga Bilheteira da Estação de Trem de Vila Matilde, da Central do Brasil, localizada atualmente no Viaduto Vila Matilde. A estação de trem não está apenas relacionada à alocação dos negros na região, mas possui forte relação com as rodas de samba e a trajetória dos sambistas.

Em 2007, a bilheteira funcionou como uma galeria de exposições, embora, atualmente, esteja em total abandono (Figura 04).

Figura 04 - Bilheteria da antiga estação da Vila Matilde

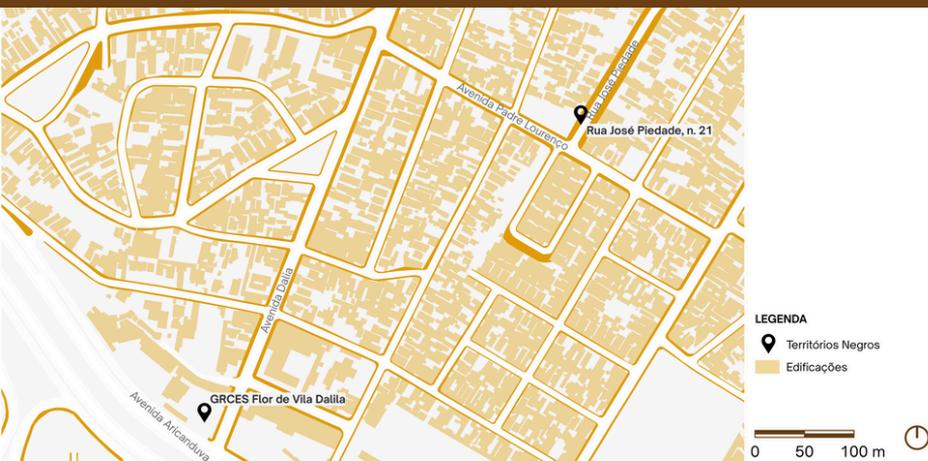


Fonte: Autoria própria (2021)

## Flor de Vila Dalila

SEJAM BEM VINDOS  
COMUNIDADE ENSA  
QUARTA E SABADO das 20:00

Figura 05 - Localização das rodas de samba da Flor de Vila Dalila



Fonte: Autoria própria (2024)

As rodas de samba da Flor de Vila Dalila, do bairro da Vila Dalila, ganham destaque nas análises do corpo-performance no distrito da Vila Matilde. A alta concentração de negros morando nas várzeas do Rio Aricanduva, devido ao baixo preço dos lotes na região, influencia o surgimento da Flor de Vila Dalila.

As rodas de samba tiveram início no campo de futebol do time Margarida, onde hoje é o Grêmio Recreativo da Escola de Samba, atual Avenida Dalila, nº 700, nas bordas do bairro de Vila Dalila. As rodas de samba da Flor de Vila Dalila pontuaram o bairro do final da década de 1960 até a sua fundação, em 1973, na casa de Antônio Carlos Rosa, o seu “Brandão”, na Rua José Piedade, nº 21.

A entrevista para o Museu da Pessoa de Cláudio Adão, também conhecido como “Manteiga”, um dos principais sambistas que participavam das rodas da Flor de Vila Dalila, permite compreender como era essa experiência: “Aí depois: ‘Ah, então Vila Dalila’, que a gente se reunia na casa do Brandão, que é esse Brandão que dava o baile, que fazia essa excursão, ele era um pouco mais velho que a gente, então ele foi o mentor disso tudo, apesar da gente caminhar junto” (Adão, 2015).

Os relatos também permitem compreender a ocupação das ruas e a importância dessa apropriação do espaço urbano: “Naquela época a gente ensaiava na rua, hoje não, você tem som, a gente ia pra rua, não tinha o problema de Psiu ainda” (Oliveira, 2015).

Diferentemente da Nenê da Vila Matilde, o vínculo entre o bairro e a escola de samba mostra-se ainda presente, já que o Grêmio Recreativo da Flor de Vila Dalila permanece no seu lugar de origem das rodas de samba, na Av. Dalila, nº 700, na Vila Dalila. O bairro é considerado, por seus moradores, como um quilombo, conforme relatos orais do historiador Paulo Rafael.

Essas formações dialogam com a procura de lazer e ocupação do espaço público diante das problemáticas da vida periférica, considerando que os novos loteamentos na região não eram providos de equipamentos públicos e culturais “como teatros, galerias de arte, universidades, ruas e avenidas arborizadas” (Doro, 2006, p.33). Vanir de Lima Belo complementa essa visão, relacionando tais sociabilidades à vida familiar e à vizinhança, em que “o sentimento de pertencimento ao lugar e moradia eram muito significativos” (Belo, 2008, p.28).

Figura 06 - Rua José Piedade, nº 21



Fonte: Autoria própria (2021)

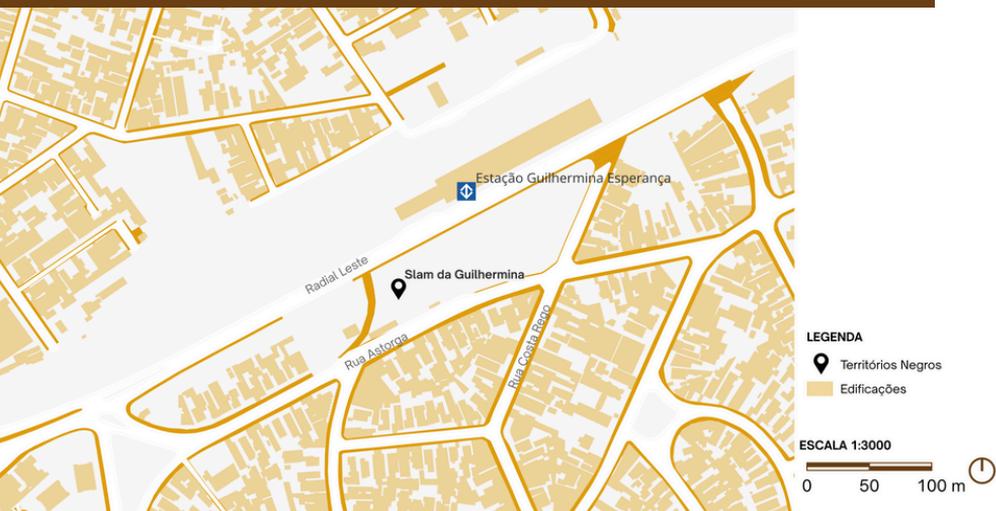
Figura 07 - Grêmio Recreativo da Escola de Samba Flor de Vila Dalila



# Slam da Guilhermina



Figura 08 - Localização do Slam da Guilhermina



Fonte: Autoria própria (2024)

O Slam da Guilhermina, atualmente, configura-se como um dos maiores espaços de performance, oralidade e política, a partir das batalhas de poesias recitadas pela juventude que ali frequenta, especialmente no que tange aos jovens negros.

Pouco conhecido, os slams são batalhas de poesia falada, em que poetas apresentam textos autorais em performances ao vivo. Surgiu na década de 1980 em Chicago pelo poeta Marc Kelly Smith, um trabalhador branco da construção civil de um bairro operário, com a proposta de tornar a poesia mais acessível e próxima do público.

No Brasil, o primeiro slam ocorreu em 2008, com Roberta Estrela D'Alva e a criação do ZAP! (Zona Autônoma da Palavra). Seu surgimento permeia o cenário hip hop e as discussões raciais através da fundação do teatro do gênero denominado Núcleo Bartolomeu de Depoimentos e a Frente Três de Fevereiro, que discutia o racismo e a repressão policial. Os slams ganharam força na última década, especialmente em periferias e espaços culturais, influenciados também pelos saraus periféricos e a literatura marginal.

Nesse contexto, surgiu o Slam da Guilhermina em 2012, o segundo slam do Brasil, fundado por Emerson Alcalde. As batalhas de poesia do Slam da Guilhermina ocorrem na última sexta-feira do mês, na praça anexa ao metrô Guilhermina-Esperança, reunindo mais de 100 pessoas no espaço. O Slam da Guilhermina é pioneiro ao se constituir como a primeira batalha de poesia do mundo a ocorrer em espaço público.

Seus antecessores, como o ZAP, ocorriam em espaços fechados, embora a entrada fosse gratuita. Além disso, em diversos países, o slam configura-se como uma manifestação artística paga, realizada em espaços privados. A ocupação do espaço público, assim, é uma das principais características do Slam da Guilhermina.

O espaço se transforma com a presença do público e dos slammers — denominação dada aos poetas que recitam no evento — deixando de ser um espaço de trânsito e tornando-se uma ágora, um espaço de voz-identidade e de ressignificação de subjetividades. Na Figura 09, pode-se observar a aglomeração momentos antes do início do evento.

Figura 09 - Concentração pré-evento do Slam da Guilhermina



Fonte: Autoria própria (2024)

Algumas adaptações do espaço foram necessárias para a permanência do movimento. Uma delas é o símbolo do Slam — o Lampião. A falta de iluminação no espaço exigiu dos organizadores o improviso, e um lampião foi utilizado para melhorar a iluminação local. Posteriormente, alguns anos depois, foram instalados novos postes de iluminação pública, mas o lampião segue sendo utilizado pela organização do movimento.

Além disso, a árvore que pontua o centro da praça, uma amoreira, deixa de ser apenas uma árvore no centro da praça e torna-se o local de inserção da bandeira do Slam da Guilhermina (Figura 10), sendo carinhosamente denominada baobá. Na praça, ocorre também, aos sábados, às 15h, o ensaio do Maracatu Agô Anama.

O Maracatu fez uma apresentação (Figura 11) também no primeiro encontro do Slam da Guilhermina de 2025, em homenagem à poeta Patrícia Jimmin, que faleceu em 2024.

Figura 10 – Bandeira do Slam da Guilhermina no “baobá”



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 11 – Maracatu Agô Anama no Slam da Guilhermina



# Considerações finais

O mapeamento do slam e das rodas de samba no distrito da Vila Matilde não apenas destaca a cultura negra como parte estruturante na constituição da historiografia urbana, como também mostra o tecido cultural negro em trânsito e constante articulação, numa cinesse cultural.

A encruzilhada dos saberes materializa-se através das manifestações culturais mapeadas, em uma trama de poesias, gestos e intersecções entre presente e pretérito. Além disso, a cartografia, ao destacar manifestações culturais afrodiáspóricas em diversos períodos históricos em um espaço, mostra que a cultura negra é mais do que mero registro estático, estando sujeita a uma constante transformação, reatualização e readaptação ao contexto em que está inserida.

Essa análise reforça o que Martins pontua: “A cultura negra é a cultura das encruzilhadas” (Martins, 2021, p. 32).

## Referências

ALCALDE, Emerson. Slam da Guilhermina: um ponto zero. São Paulo: Edicon, 2014.

DORO, Maria da Penha Marinovic. Vila Nova Savoia. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, [2010?]. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/hb\\_vn\\_savoia\\_1285345034.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/hb_vn_savoia_1285345034.pdf). Acesso em: 16 maio 2025.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, José Adão de. Vida marcada pelas lutas políticas. Museu da Pessoa, [s.d.]. Disponível em: <https://museudapessoa.org/pessoa/jos-ad-o-de-oliveira/>. Acesso em: 4 novembro 2025.

SRS. da Regional da Penha. Anotem o endereço da Vila Matilde. Diário da Noite, São Paulo, 1 mar. 1979, p.6. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&pesq=%22Largo%20peixe%22&pagfis=77017>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, Alberto Alves da. O Poeta Falou (Zona Leste Somos Nós). Samba-enredo. Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Nenê de Vila Matilde, São Paulo, 1988. Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/nene-de-vila-matilde/473893/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SILVA, Alberto Alves da; BRAIA, Ana. Memórias do Seu Nenê de Vila Matilde. São Paulo: Lemos Editorial, 2000.

# 4

# **AFROTURISMO**

ROTEIRO PEDAGÓGICO PELOS  
TERRITÓRIOS NEGROS DO PERUCHE

---

*GISELLY BARROS RODRIGUES  
LUIZ FERNANDO ZUCATELLE DUARTES*



Neste capítulo, apresentamos a pesquisa de iniciação científica realizada em 2024 via edital PIVICT do IFSP, que mapeou e desenvolveu um roteiro pedagógico afrocentrado no Parque Peruche, localizado na Zona Norte de São Paulo, no distrito da Casa Verde. Com o objetivo de destacar a cultura negra e sua importância no espaço urbano da cidade de São Paulo, este estudo propõe uma narrativa contra-hegemônica, decolonial e afrocentrada, como forma de resistência ao discurso dominante.

Trata-se de um estudo urbano que se articula ao afroturismo, ao propor um roteiro pedagógico e afrocentrado, fundamentado no mapeamento de territórios negros, apresentando a região a partir das manifestações que materializam as espacialidades do corpo negro na cidade.

A pesquisa gira em torno do histórico do distrito da Casa Verde e do Parque Peruche, das funções do afroturismo e de roteiros turísticos e pedagógicos, além da realização de visitas de campo nos territórios elencados. Foram levantados espaços urbanos livres e construídos, histórias e manifestações culturais da comunidade afro-brasileira e da periferia, com destaque para territórios locais, bem como a participação da população negra, suas memórias, identidades e contribuições para a cidade.

O estudo está alinhado à Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade da inclusão da “História e Cultura Afro-Brasileira” no ensino. A referida lei é um marco na educação antirracista, buscando valorizar a identidade negra, combater o racismo estrutural e ampliar o ensino das relações étnico-raciais no currículo escolar.

Está, ainda, em consonância com o que rege o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que, em seu art. 2º, estabelece que:

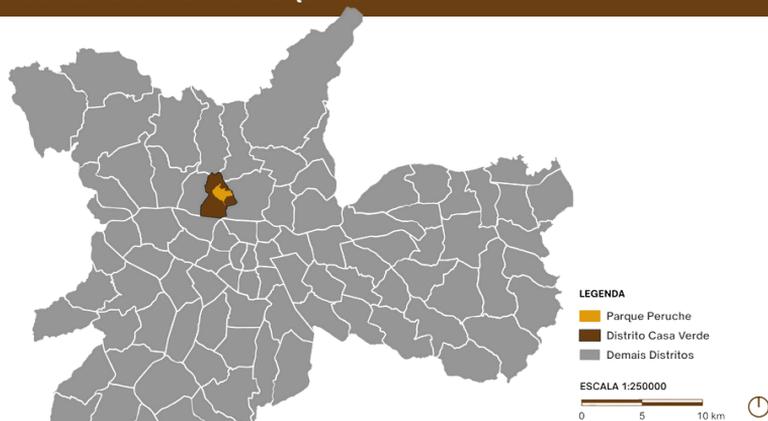
“É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.





**Casa Verde e Parque Peruche:  
Histórico e caracterização do  
território**

Figura 01 - Mapa da cidade de São Paulo com destaque do Distrito da Casa Verde e do Parque Peruche



Fonte: Autoria própria (2024)

Os primeiros registros da região hoje conhecida como Casa Verde datam do século XVII, quando ainda se chamava Vila Tietê e tinha como “dono” Amador Bueno. Segundo Kaçula (2020), foi na Casa Verde que, no século XVIII, plantou-se pela primeira vez café em terras paulistanas, na Fazenda Casa Verde. Esse período marca também a chegada dos primeiros negros escravizados à região, trazidos para trabalhar no plantio de café e chá. Em 1795, já se exportava café para a Europa, e, em seguida, o cultivo se espalhou para o Vale do Paraíba.

A presença negra na Casa Verde foi fundamental, pois configurou o perfil social, cultural e simbólico da região. Acima de tudo, permitiu que a cultura negra estabelecesse raízes, propiciando uma base na qual as famílias negras pudessem socializar e promover sua existência, afirma o autor.

A partir da década de 1930, a população negra começou a ocupar as periferias da cidade, com a possibilidade de adquirir terrenos a preços mais baixos, em loteamentos iniciados principalmente na Zona Norte de São Paulo. Esse movimento ocorreu em virtude da expulsão promovida por medidas de “melhoramentos urbanos” e pelas grandes obras de infraestrutura realizadas na região central da cidade, segundo Rolnik (1989).

A população negra não estava distribuída igualmente pela cidade, e sua presença aumentava à medida que se afastava do centro em direção às bordas (à época), crescendo proporcionalmente quanto mais distante fosse o bairro.

Os dados do Censo de 1980 apontavam que a cidade tinha 8.493.217 habitantes, dos quais 24,61% — ou seja, 2.090.181 — eram pessoas negras. A Zona Norte registrava um grande número de negros, com os bairros de Santana (21,3% da população negra), Tucuçuvi (22,6%), Bairro do Limão (26,7%) e o bairro da Brasilândia, chamado de “África paulistana”, com 42% de negros, afirma a autora.

Esta é uma breve contextualização histórica da ocupação negra na Zona Norte de São Paulo, especificamente no distrito da Casa Verde, desde a chegada de africanos escravizados que foram explorados na região.

O distrito atualmente possui 23 bairros; porém, para este estudo, o recorte geográfico concentra-se no bairro do Parque Peruche, devido ao fato de sua história e memórias estarem intimamente ligadas à comunidade negra que ocupou o bairro no final dos anos 1930.

Ademais, o bairro é historicamente conhecido pela presença da população negra e por suas práticas socioculturais, por meio das religiões de matrizes africanas, do samba, do futebol de várzea, dos festejos religiosos e de personalidades ligadas aos esportes e às artes.

O bairro do Parque Peruche foi um loteamento aberto em meados da década de 1930, como parte do desmembramento da Chácara do Mandaqui, em um período de grande avanço na urbanização da cidade de São Paulo, que vivia um crescimento econômico e demográfico significativo (Barone; Silva; Santos, 2021).

O loteamento surgiu em um momento em que São Paulo apresentava um crescimento populacional e econômico intenso, com taxas de crescimento de 14% ao final do século XIX. O Peruche era o núcleo de maior concentração da população negra do distrito da Casa Verde na década de 1930, junto com o bairro do Limão (Rolnik, 1989).

A Casa Verde, por ser considerada um ponto de intensificação da segregação rumo à periferia da Zona Norte, consolidou-se como uma rede de territórios, culturas e sociabilidades negras. Os dados do censo apresentam o distrito da Casa Verde e apontam a tendência do Parque Peruche como território negro, uma vez que comprar um terreno na Casa Verde era mais difícil, dado que os valores dos imóveis eram mais altos do que no Parque Peruche. Este, por sua vez, contava com imóveis mais modestos, em contraste com o bairro da Casa Verde, que dispunha de infraestrutura e serviços básicos para a população e era o ponto de partida do transporte público para o centro da cidade, com ponto final do bonde localizado na Praça do Centenário (Barone; Silva; Santos, 2021).

Desde o início de sua ocupação, assim como seu bairro vizinho, a Casa Verde, o Parque Peruche registrou forte presença de famílias negras provenientes do interior do estado de São Paulo e de Minas Gerais, bem como de bairros centrais da cidade de São Paulo, como a Barra Funda, o Glicério e Santa Cecília.

Além da concentração da população negra, o reconhecimento do Parque Peruche como território negro (Barone; Silva; Santos, 2021) decorre da presença de moradores negros e de organizações socioculturais negras estabelecidas no bairro. Os territórios negros são espaços urbanos que abrigam e refletem a memória, a cultura e as práticas das comunidades negras. Esses territórios são marcados por manifestações culturais que preservam e transmitem a história e a identidade afro-brasileira. Segundo Cunha Junior (2019), os territórios negros foram historicamente ocupados e construídos pelas populações negras, tendo como marca o fortalecimento da organização social e a preservação de saberes e culturas de matrizes africanas.

Instituições fundadas pela comunidade negra no Peruche, como a Escola de Samba Unidos do Peruche, a Irmandade de São Benedito da Casa Verde e o terreiro Ilê Ilá Mí Òsun Mùiywá, foram fundamentais para a construção de uma identidade territorial. Rodrigues; Dorea (2023, p. 123) afirmam que:



“ No contexto urbano, a memória negra encontra sua manifestação nos territórios negros, que servem como espaços físicos caracterizados pela identidade territorial.



# **Territórios negros, afroturismo e o turismo pedagógico**



O território pode ser entendido como o espaço onde todas as ações humanas se encontram, funcionando como o lugar em que a história da humanidade se manifesta por meio de suas diversas expressões (Santos; Becker, 2006). Cunha Junior (2019) complementa, ressaltando a relação dos territórios com sua divisão interna, como bairros, que são vistos como espaços de história, onde se desenvolvem dinâmicas culturais, econômicas e políticas que devem ser analisadas de forma integrada.

O território utilizado combina espaço físico com a identidade das pessoas que o habitam. Essa identidade está associada a um sentimento de pertencimento, em que o lugar é parte delas e, ao mesmo tempo, pertence a elas. O território é fundamental para as atividades humanas, servindo como local onde se vive, trabalha e ocorrem trocas materiais e espirituais, segundo Santos e Becker (2006).

Ao considerar as sociabilidades e a identidade como marcadores dos espaços urbanos, os territórios negros, ou bairros negros, como ressaltou Cunha Junior (2019), são caracterizados por modos de vida, relações e identidades sociais próprios da coletividade negra, refletindo um processo contínuo da história urbana. Porém, o olhar eurocêntrico e colonial prevalece nos estudos e levantamentos urbanos, resultando na desconsideração dos territórios negros, frequentemente classificados como irregulares e excluídos dos processos de urbanização. Esse cenário está ligado ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Em contraposição aos estudos urbanos hegemônicos, que desconsideram a importância dos territórios negros na formação e nas dinâmicas socioculturais da cidade de São Paulo, foi desenvolvido um roteiro pedagógico afrocentrado, possibilitando o ensino das relações étnico-raciais a partir da história da comunidade afro-brasileira presente no bairro do Parque Peruche, um território negro.

Para Asante (2016), a afrocentricidade propõe uma nova forma de compreender o mundo, adotando uma perspectiva africana e da diáspora.

Nesse sentido, a África e seus descendentes são reconhecidos como protagonistas centrais na história e na cultura, como sujeitos de suas próprias histórias e experiências. O conceito dialoga com o afroturismo que, para Rodrigues (2021), compreende práticas de resgate, valorização e preservação das histórias e identidades negras, por meio de bens culturais materiais e imateriais.

Para o Ministério do Turismo (MTur, 2023), além da dimensão turística, o afroturismo deve ser visto como uma abordagem pedagógica que une preservação de saberes, memória e identidade com a promoção da equidade racial e do protagonismo negro nos diversos segmentos do turismo e da economia criativa.

Como esta pesquisa busca uma atuação pedagógica articulada à Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para incluir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica, evidencia-se o turismo pedagógico no desenvolvimento do roteiro afrocentrado.

O turismo pedagógico é uma prática educativa que envolve algum deslocamento — como viagens, visitas, passeios ou excursões — que proporcionam interação com o ambiente, oferecendo vivências e experiências. Ou seja, trata-se da realização de atividades que permitem a interação com diversos espaços, possibilitando aprendizados práticos dos conteúdos teóricos, promovendo um aprendizado mais dinâmico (Lima, 2014).

Para Raykil e Raykil, 2005, o turismo pedagógico é uma possibilidade de investigar e interagir com as pessoas e o espaço urbano em várias abordagens do conhecimento, como geografia, história e filosofia, de forma interativa e multidisciplinar. Articulado aos territórios negros, o afroturismo pedagógico poderá possibilitar o reconhecimento e a valorização das contribuições negras na formação da sociedade brasileira, além de combater o racismo e incentivar a equidade étnico-racial nas narrativas da história da cidade.

O afroturismo é um dos setores do chamado turismo étnico, entendido como a vivência, experiência e conexão direta com estilos de vida e afinidade de grupos étnicos. Ou seja, busca estabelecer conexões com as comunidades, engajando-se em seus eventos tradicionais, testemunhando e compreendendo suas manifestações culturais, estilo de vida e hábitos únicos (BRASIL, 2024).

Após conceituar a afrocentricidade, o turismo pedagógico e o afroturismo, articulando-os, foi explorado o território no campo material e imaterial, base para o desenvolvimento do percurso urbano que poderá ser vivenciado por meio de um roteiro que passa por pontos de territorialidades negras elencados no Parque Peruche.

Segundo Macedo (2019), os percursos urbanos se apresentam como uma estratégia para analisar as conexões entre consciência, espaço e lugar, possibilitando a experiência do caminhar pela cidade e a observação da essência e da forma dos objetos geográficos. Enquanto Pollak (1992) afirma que os percursos abordam a memória como uma construção social coletiva, em que o passado se manifesta no presente, favorecendo a formação de um senso de identidade.

Os bairros se destacam como um território singular na cidade, marcado pelas paisagens, ruas e pela relação dos moradores com o espaço. A origem comum e os laços de vizinhança fortalecem a identidade local, enquanto a ocupação e o uso dos espaços urbanos, como ruas e calçadas, promovem o convívio social, especialmente nas periferias, de acordo com Barone, Silva e Santos (2021).

O destaque para as memórias de um território negro é fundamental para a população brasileira, pois vai além de uma mera reconstrução histórica. Trata-se de um meio de compreender a realidade atual e reafirmar que a presença negra no Brasil não se restringe à contribuição da força de trabalho braçal.

Para Corrêa (2013), tais memórias também destacam as expressões culturais, religiosas e intelectuais que enriqueceram e moldaram a identidade brasileira.



**Roteiro pedagógico  
afrocentrado**

O deslocamento da população negra do centro da cidade e do interior do estado rumo à Zona Norte trouxe consigo suas culturas, sociabilidades e resistências, marcadas por diversas manifestações. Com base nos estudos desenvolvidos, foi realizado um roteiro pedagógico afrocentrado (Figura 02) que passa pelos pontos elencados no Parque Peruche.

No percurso estão 13 pontos de territorialidades negras, sendo 9 dentro das delimitações do Parque Peruche e 4 no bairro vizinho da Casa Verde. Os pontos que fazem parte do roteiro pedagógico afrocentrado no Parque Peruche são:

- **Monumento Adhemar Ferreira da Silva**
- **Placa em homenagem ao sambista Mestre Dionísio Barbosa**
- **Casa do Adhemar Ferreira da Silva;**
- **Rua Galileia**
- **Quilombo Terça Afro**
- **Terreiro Ilê Asé Odé Omin**
- **Terreiro Ilê Iya Mi Osun Muiywa**
- **Sítio do Caqui**
- **Morro da Casa Verde**

Os 4 pontos inseridos no bairro da Casa Verde e que também integram o roteiro são:

- **Futebol Cruz da Esperança**
- **Praça do Centenário**
- **Quadra Unidos do Peruche**
- **Paróquia Nossa Senhora de Lourdes**

A seguir, é apresentado cada ponto de territorialidade negra, com uma breve contextualização a partir dos dados coletados.

Figura 02 – Mapa com o percurso pedagógico afrocentrado no Parque Peruche



**LEGENDA**



Territórios Negros

Delimitação bairro Parque Peruche

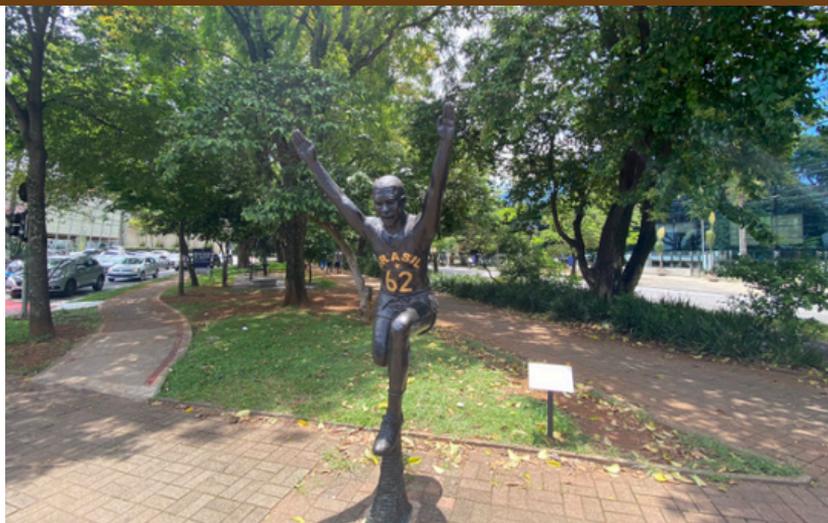
Quadras



0 250 500 m



Fonte: Google Maps adaptado pelos autores (2024)



Fonte: Autoria própria (2023)

### **Monumento Adhemar Ferreira da Silva**

Homenagem localizada na rua Ouro Grosso, no cruzamento com a Avenida Braz Leme, na entrada do bairro do Parque Peruche. Adhemar Ferreira da Silva foi atleta olímpico do salto triplo e o primeiro bicampeão olímpico brasileiro: em 1952, em Helsinque (Finlândia), e em 1956, em Melbourne (Austrália). Iniciou a carreira em 1947 e, em 1952, bateu o recorde mundial quatro vezes durante a competição e, segundo Kaçula (2020) criou a volta olímpica.

### **Quilombo Terça Afro**

Território negro mais recentemente mapeado, foi fundado em 2012 por 07 jovens negros. Estabelecido no Parque Peruche, o coletivo promove rodas de conversa sobre relações étnico-raciais, cursos de línguas, eventos de samba e gastronomia, e a “Tercinha Afro” para o público infantil.

### **Terreiro Ilê Asé Odé Omin**

Considerando a importância dos terreiros de umbanda e candomblé como territorialidades negras, mapeou-se o Ilê Asé Odé Omin Centro Umbanda Candomblé Federação Afro-Brasileira, na rua Antônio Cavazzam, 724. Não foram encontradas informações sobre sua fundação, exceto uma página oficial no Instagram.

### **Terreiro Ilê Iya Mi Osun Muiywa**

A Mãe de Santo Isabel de Omulu (n. 1914) fundou este terreiro de candomblé, cuja sede na rua Carlos Belmiro Correia, 1240, tornou-se referência no bairro. Sua filha, mãe Wanda de Oxum, ganhou destaque em movimentos sociais e negros. Após aceitar responsabilidades em 1995, assumiu a liderança em 2001, quando Isabel faleceu (Domingues, 2012).

### **Sítio do Caqui**

Tradicional ponto de sociabilidade negra, localiza-se na mesma rua do Ilê Iya Mi Osun Muiywa. Foi fundado por moradores que atuavam em diversas escolas de samba, incluindo a Unidos do Peruche (1956). A escola, considerada reduto importante do samba paulistano, influenciou a identidade e a autoestima dos moradores (Barone; Silva; Santos, 2021). Entre seus fundadores estavam o pintor João Cândido da Silva e Carlos Alberto Caetano (Seu Carlão), personalidades negras da região (Kaçula, 2021). A Unidos do Peruche conquistou cinco campeonatos no Carnaval entre 1957 e 1967.

### **Morro da Casa Verde**

Fundado em 1962, é uma das escolas de samba mais antigas do Parque Peruche (Figura 04). Apesar de não ter obtido títulos no Carnaval, mantém-se ativo; suas cores, verde e rosa, foram inspiradas na Estação Primeira de Mangueira (Rio de Janeiro). Foi criado por Zezinho do Banjo. A atual presidente, dona Guga, foi a primeira mulher a liderar uma agremiação de samba e teve grande repercussão em 2022, quando a atriz Viola Davis publicou vídeo dela sambando.

Figura 04 – Fachada da Escola de Samba Morro da Casa Verde



Fonte: Autoria própria (2022)

Por fim, foram elencados 04 pontos de territorialidades negras no bairro da Casa Verde, próximo dos locais mapeados no Parque Peruche. Eles carregam grande relevância para a comunidade negra da região. São eles:

### **Futebol Cruz da Esperança**

O Grêmio Recreativo Cruz da Esperança da Casa Verde (Figura 05) é um importante espaço de futebol de várzea paulistano, ativo desde 1958. De seus campos saíram jogadores como Basílio, ex-jogador do Corinthians, e Serginho Chulapa, ex-jogador do São Paulo. Esse território é um marco das sociabilidades negras da região, integrando futebol e samba.

### **Praça do Centenário**

A Praça do Centenário (Figura 06) foi o ponto final do bonde em meados da década de 1920, de onde partia o transporte público para o centro da cidade; não há registros físicos remanescentes atualmente.

Figura 05 – Muro da sede do Grêmio Recreativo Cruz da Esperança



Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 06 – Muro da sede do Grêmio Recreativo Cruz da Esperança



Fonte: Autoria própria (2022)

### **Quadra da Unidos do Peruche**

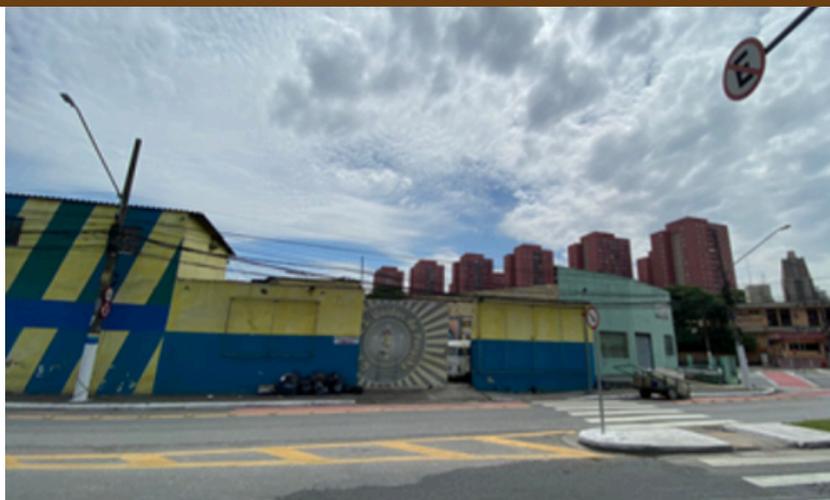
A quadra da Escola de Samba Unidos do Peruche (Figura 07) funcionou no Sítio do Caqui, onde foram realizados ensaios até 1968. Após diversas mudanças de endereço, estabeleceu-se no bairro do Limão, em terreno cedido pela prefeitura, na rua Samaritá, nº 1000.

### **Paróquia Nossa Senhora de Lourdes**

Igreja católica onde se celebra a missa e de onde tem início a procissão da festa da Irmandade de São Benedito até a rua Galileia, no segundo domingo de janeiro.

Na finalização dos registros dos nove pontos de territorialidades negras no bairro do Parque Peruche e dos quatro na Casa Verde, é importante ressaltar a necessidade de pesquisar e propor um roteiro afrocentrado na região, uma vez que a história tem sido contada por um viés branco colonial que desconsiderou a comunidade negra na constituição material e imaterial das cidades brasileiras.

Figura 07 – Sede atual da quadra da Escola de Samba Unidos do Peruche



Fonte: Autoria própria (2022)

Rodrigues; Dorea (2023, p. 123) afirmam que:

**“ a memória negra brasileira, constantemente apagada e subvalorizada, apresenta-se em escassos registros escritos ou em imagens, tendo como principal fonte a oralidade caracterizando os territórios**

Por isso, é essencial articular os territórios negros em roteiros turísticos e pedagógicos na cidade de São Paulo, ouvindo e compartilhando as memórias da comunidade local.

# Considerações finais

São Paulo, megacidade e a mais rica do país, é plural e possui territorialidades distintas; cada bairro guarda suas particularidades, e o Parque Peruche integra de modo singular a história dos diversos territórios urbanos. Recebendo a comunidade negra abandonada e sem direitos à terra após a “abolição”, a população negra encontrou nesse espaço a oportunidade de (re)existir como sujeito de suas próprias histórias, exaltando ancestralidade e cultura por meio de festividades e sociabilidades negras.

No desenvolvimento desta pesquisa — que propôs um roteiro pedagógico afrocentrado no Parque Peruche, Zona Norte de São Paulo —, foi possível investigar territorialidades negras que se configuram como locais de memória: alguns materializados em edifícios e monumentos, outros constituídos como patrimônio imaterial e introjetados na identidade territorial, e, portanto, na cultura (afr)brasileira.

O samba, patrimônio nacional de origem africana, é elo que une arte, cultura e tradições negras, sendo destaque na história da região. O Parque Peruche é reconhecido como berço do samba na Zona Norte, evocando-se nos sambas-enredo da Escola de Samba Unidos do Peruche, fundada pela comunidade local. A Escola de Samba Morro da Casa Verde, embora menor, também consolidou o território como reduto de sambistas, funcionando como ponto de sociabilidade, lazer e entretenimento, reunindo personalidades do samba paulistano. Nesse contexto, destaca-se ainda a placa em homenagem ao mestre Dionísio Barbosa, morador e sambista consagrado.

A religiosidade de matriz africana é outra marca do território, manifestada nos terreiros Ilê Iya Mi Osun Muiywa e Ilê Asé Odé Omin, bem como no sincretismo religioso presente na festa da Irmandade de São Benedito de Casa Verde, realizada no Peruche desde 1941. O esporte também figura no roteiro, por meio do monumento a Adhemar Ferreira da Silva — bicampeão olímpico de salto triplo — e da casa onde viveu, ambos na entrada do bairro.

O recente Coletivo/Quilombo Urbano Terça Afro acrescentou nova dimensão ao roteiro, como espaço de encontros e cursos oferecidos à comunidade. Além dos nove pontos dentro dos limites do Parque Peruche, foram cartografados quatro pontos fora desse perímetro, mas intimamente ligados à memória negra local: a Praça do Centenário (ponto final do bonde nos anos 1920), a quadra do Futebol Cruz da Esperança (que une futebol de várzea e samba), a Paróquia Nossa Senhora das Dores (ponto de missa e procissão de São Benedito) e a sede atual da quadra da Unidos do Peruche, no Limão.

Por ser um trajeto que pode ser realizado a pé, de transporte público ou individual, é importante considerar a topografia acidentada do Parque Peruche — com subidas e descidas acentuadas —, que pode dificultar deslocamentos. Contudo, não há sequência obrigatória: sugere-se iniciar pelo ponto mais alto, na Avenida Casa Verde, e descer em direção à parte baixa, junto à Avenida Engenheiro Caetano Álvares e à Marginal Tietê.

Este roteiro pedagógico afrocentrado enfatiza o afroturismo como estratégia de valorização da história e das memórias negras nas cidades brasileiras, ressaltando a contribuição da população negra na formação das sociabilidades urbanas, na cultura e na construção material do território.

Os territórios negros apresentados demonstram que, apesar das tentativas de apagamento, a resiliência e a resistência, amparadas por laços ancestrais e pela oralidade, foram fundamentais para a transmissão de memórias entre gerações. Assim, este estudo contribui para a difusão das memórias e da cultura negras enraizadas no território, honrando indivíduos que lutaram e construíram espaços materializados nas ruas, na arte, na espiritualidade e no esporte.

O roteiro pedagógico afrocentrado aqui desenvolvido é acessível a pessoas de todas as idades, etnias, gêneros ou credos, sendo plenamente articulado à Lei nº 10.639/2003 e ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), e pode ser incorporado a práticas escolares e programas culturais na cidade de São Paulo.

# Referências

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. *Ensaios Filosóficos*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-10, 2016.

BARONE, Ana Claudia Castilho; SILVA, Gleuson Pinheiro; SANTOS, Maria Gabriela Feitosa dos. *Samba e cidade*. São Paulo: Intermeios, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário oficial [da] república do Brasil*, Brasília, DF:9 jan. 2003. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário oficial [da] república do Brasil*, Brasília, DF: 20 jul. 2010. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Informe de encontro de trabalho: promoção e consolidação do Afroturismo no Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/EncontroAfroturismo\\_fev.24.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/EncontroAfroturismo_fev.24.pdf). Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Promoção e consolidação do afroturismo no Brasil*. Brasília, DF: Mtur, 2023. 11 p. Disponível em:

[https://www.gov.br/turismo/acl\\_users/credentials\\_cookie\\_auth/require\\_login?came\\_from=https%3A//www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/afroturismo/Encontro\\_Afroturismo\\_fev.24.pdf](https://www.gov.br/turismo/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=https%3A//www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/afroturismo/Encontro_Afroturismo_fev.24.pdf). Acesso em: 05 ago. 2024.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia. 261f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Ordenamento Territorial Urbano e Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 11, ed. especial – Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois, p. 65-86, 2019.



DOMINGUES, Petrônio. Uma cultura de matriz africana em São Paulo: o terreiro de Candomblé Ile Iya Mi Osun Muiywa. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 28, 2012. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10441>. Acesso em: 3 jan. 2025.

KAÇULA, Tadeu. Casa Verde: uma pequena África paulistana. São Paulo: Liberars, 2020.

LIMA, Francielle de. Incursões reflexivas sobre o conceito de turismo e a qualificação “pedagógico” no binômio “turismo pedagógico”. 2014. 235 p.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAYKIL, Eladyr Boaventura; RAYKIL, Cristiano. Turismo pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino aprendizagem. Revista Global Tourism - Turismo e Educação, nov. 2005. Disponível em:

<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12892808/turismo-pedagogico-revista-global-tourism>. Acesso em: 06 ago. 2024.

RODRIGUES, Denise. Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra. Dissertação (Mestrado) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. p. 97.

RODRIGUES, Giselly Barros; DOREA, Tainã Antunes Valgas. Projeto afrocentrado: resgatando a memória negra na Vila Matilde, SP. VIRUS, v. 1, n. 27, p. 122-148, 22 dez. 2023. Disponível em:

<http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/856>. Acesso em: 24 nov 2024.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, v. 17, 1989.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: CP&A, 2006.

# TERRITÓRIOS NEGROS EM MOÇAMBIQUE:

ANCESTRALIDADE E CONEXÕES DIÁSPORICAS

---

*GISELLY BARROS RODRIGUES  
TATIANE HELENA BORGES DE SALLES*

As populações negras e indígenas sofrem apagamentos sistemáticos de suas histórias; por isso, esses povos tiveram que buscar formas de transmitir seus saberes ancestrais. Nesse contexto, a oralidade é o método de construção do conhecimento que simboliza a resistência e a resiliência na preservação das memórias e das informações ancestrais. A cultura da oralidade rompe com o discurso colonizador, que exige que a informação seja escrita e registrada para ser legitimada — excluindo, assim, outros métodos de construção do saber.

Bernardinho-Costa e Grosfoguel (2016) discutem a importância dos estudos decoloniais para emergir o pensamento negro e combater o silenciamento daqueles interditados de falar pela colonialidade do saber, que se apresentava como único válido o em detrimento de outros. Portanto, a decolonialidade corrige lacunas baseadas nas experiências e nas cosmovisões de pessoas negras e indígenas, seja por meio da escrita, seja da oralidade.

A ancestralidade celebra os antepassados, evidencia o pertencimento cultural e territorial e resgata memórias negras que se incorporam e transformam aqueles na diáspora africana, pois estes são influenciados pelos saberes ancestrais — no modo de agir, de falar, de conviver, de produzir e de “aquilombar como prática cultural que atravessa a trajetória de pessoas negras no Brasil” (Souto, 2021, p. 147). Também nos lembra de onde viemos (passado) e aponta para onde queremos chegar (futuro), em uma trajetória comunitária, já que avanços individuais representam também aqueles cujas vozes foram silenciadas.

Ao resgatar ancestralidades urbanas, ao pensar território como chão associado à identidade, percebe-se que os territórios negros marcam as memórias de quem veio antes. Ainda que muitas vezes não exista concretude material, essas marcas transcendem a materialidade, sendo também imateriais, espirituais e simbólicas. Os territórios negros são espaços urbanos ou rurais onde grupos negros se organizam para viver suas espiritualidades, culturas e cosmovisões.

No contexto urbano, neles encontramos modos de vida coletivos — como escolas ou rodas de samba, terreiros de matrizes africanas e times de futebol de várzea — que os configuram como quilombos urbanos contemporâneos.

Beatriz Nascimento conceitua quilombo, ultrapassando o imaginário que o associa apenas aos combates de escravizados foragidos. Para ela, o quilombo é um espaço de organização comunitária que resiste e se reinventa para atender às demandas dos habitantes diante do descaso do poder público, sobretudo nas áreas de saúde e segurança, mantendo desigualdades sociais em seus territórios (Nascimento, 2021).

A autora ressalta que o quilombo simboliza a luta de resistência do povo negro contra o regime de opressão, servindo de instrumento eficaz de enfrentamento da ordem social. Ainda que alguns quilombos sejam favelas, a memória persiste nesses espaços por meio da afrobrasilidade, em expansão nas alegorias e enredos das escolas de samba constituídas nas comunidades, onde se abordam as problemáticas que atravessam as pessoas negras (Gomes, 2018).

Para Martins (2020), esses espaços são territórios de pertencimento e memória negra, possibilitando a observação por meio da música e da produção cultural e artística, que referenciam constantemente a memória dos afrodescendentes. Transmitida pela oralidade, a comunidade negra garante a sobrevivência da cultura que emerge em atuações artísticas e em narrativas coletivas.

As histórias contadas pelos territórios representam uma forma de “adiar o fim do mundo” (Krenak, 2020). Os saberes orgânicos produzidos nesses locais têm se difundido na academia por meio de acadêmicos que insistem na contra-colonialidade para construir seus repertórios e referenciais de vida pessoal, acadêmica, literária e profissional (Bispo, 2023). Em consonância com essa abordagem contra-hegemônica, os estudos afrocentrados destacam a historicidade do povo preto por meio de sua ancestralidade.

Figura 01 - Imagem da Anastácia na Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Salvador, Bahia



Fonte: Autoria própria (2024)

Os laços com a Mãe África estão presentes em todos os lugares; assim, a Sankofa é um exercício diário de resgate e reverberação no presente e no futuro. No âmbito educacional, esse movimento se materializa pela Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que visa educar para as relações étnico-raciais e ressignificar o papel do negro na sociedade brasileira e na história da África.

Kilomba (2019) afirma que a fala rompe a máscara do silenciamento e constrói um caminho ancestral por meio da intelectualidade à qual nos foi negado o direito de acesso. A afrocentricidade, no centro da produção do conhecimento, combate injustiças epistêmicas, filosóficas, cognitivas, sociais e informacionais. Referenciamos, então, a imagem de Anastácia, que simboliza o silenciamento — a máscara que impede o subalterno de falar. Trouxemos leituras e releituras dessa imagem: em Salvador (Brasil), ela ainda aparece mascarada; no Rio de Janeiro (Brasil) e em Luanda (Angola), a máscara está rompida, como forma de resistência, e segura uma flor, símbolo de ternura e afirmação de subjetividades enquanto mulher preta, ressignificando seu papel social.

Figura 02 - Anastácia com a boca aberta, nos muros da Pedra do Sal (Pequena África), Rio de Janeiro



Figura 03 - Anastácia com a flor na boca nos muros da rua dos Mercadores em Luanda, Angola



Fonte: Francis de Jesus (2024)

A história de Anastácia se passou no Brasil e, ao recusar-se a ter relações com seu patrão, ela foi condenada a usar uma máscara que lhe impedia comunicar-se e alimentar-se. Contudo, ao redor do mundo, a imagem vem ganhando releituras sobre a necessidade de romper com o colonialismo.

Destacamos que a imagem de Anastácia com a boca livre, exibida em espaços urbanos brasileiros e africanos, marca um lugar onde o sujeito pode falar: afinal, os colonizadores sempre contaram a história a partir de sua própria perspectiva, inferiorizando grupos não brancos.

É importante destacar que o presente capítulo atende à Agenda 2030, principalmente ao ODS 18 — Igualdade étnico-racial —, que remete ao destaque da memória e ao reconhecimento da presença da ancestralidade em espaços que possuem marcas profundas na construção do Brasil em conexão direta com Moçambique. Segundo Pimentel (2015), mais de 2,5 milhões de pessoas foram sequestradas e trazidas para o Brasil; cerca de 60% das embarcações procedentes da África atracavam no Rio de Janeiro.

A produção deste capítulo baseia-se na experiência da Missão Institucional Internacional do Projeto AFROIF, articulando saberes do NEABI-IFSP e de Moçambique. As autoras foram contempladas pelo edital específico em 2024 e tiveram a oportunidade de conhecer o país, identificando similaridades culturais, gastronômicas, sociais e econômicas com o Brasil — aspectos que evidenciam a ancestralidade nos territórios visitados. Assim, destacamos as relações entre memória, ancestralidade e intelectualidade negra nas ligações Brasil–Moçambique, representando uma conexão ancestral a partir das relações afrodiáspóricas.

Partindo desse pressuposto, culturas, religiosidade, oralidade, tecnologia e intelectualidade chegaram com os irmãos africanos e podem ser observadas diariamente no modo de viver, na produção de cultura e na agricultura — marcas da ancestralidade dos povos bantu e nagô sequestrados para o Brasil.

# **Contextualizando o território de Moçambique**



Figura 04 – Comércio de rua na estrada de Moçambique



Fonte: Autoria própria (2024)

Moçambique situa-se na costa oriental da África Austral e faz fronteira ao norte com a Tanzânia, a noroeste com Malawi e Zâmbia, a oeste com Zimbábue, e ao sul com Eswatini e a África do Sul. Sua capital é Maputo, e o país é dividido em 10 províncias, totalizando cerca de 33 milhões de habitantes. Desse total, 62,4% vivem em regiões rurais e aproximadamente um terço reside em cidades e vilas (Guitarrara, 2024).

O país conquistou a independência em 25 de junho de 1975. O idioma oficial é o português, mas cada província possui línguas locais — cerca de 40 no total — de modo que um habitante pode falar em torno de cinco ou seis idiomas.

A agricultura é a principal atividade econômica: exportam-se cana-de-açúcar, algodão, sisal, chá e tabaco, sendo essa a principal fonte de subsistência de muitas famílias rurais. Produtos como laranja, cana-de-açúcar, tomate e vagem são vendidos em feiras de rua nas periferias e no centro de Maputo, de forma semelhante ao comércio de rua no Brasil (Figura 04). O solo do país é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxita, mas permanece pouco explorado.



Fonte: Autoria própria (2024)

O país abriga reservas de gás natural, mármore e madeira. Além disso, possui uma das maiores unidades de conservação do país, o Parque Nacional do Chimanimani, localizado na província de Manica. Com mais de 32.000 habitantes na região, o parque corresponde a 25% das áreas protegidas de Moçambique, preservando rios, ecossistemas afromontanhosos e sítios de patrimônio histórico-cultural (pinturas rupestres). Ademais, a unidade favorece o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

É necessário pontuar que, recentemente, o país viveu uma crise política que afligiu seus residentes, sob o governo do partido Frelimo há 40 anos, enquanto o partido Renamo se configura como oposição. O processo eleitoral de outubro de 2024 foi marcado por denúncias de irregularidades na apuração dos votos, resultando em protestos e conflitos entre civis e o exército moçambicano, com muitos feridos e mortos (Presse, 2024). Ainda sob forte mobilização da população, o presidente Daniel Chapo, do Frelimo, tomou posse em janeiro de 2025.

Das doze famílias que vivem na reserva, poucos falam a língua portuguesa; comunicam-se predominantemente por meio das línguas locais, reconhecidas e protegidas como patrimônio imaterial pela Constituição de 2004. Além disso, existe troca de produtos agropecuários e agrícolas entre as comunidades residentes, e a manutenção e os serviços em prol da reserva são realizados pelos próprios habitantes, que contribuem para a preservação do local.

O modo de vida rural — pautado na coletividade, nas trocas e na convivência simples e harmônica com a natureza — assemelha-se ao dos quilombolas brasileiros em regiões rurais, como ocorre no Quilombo Ivaporunduva, situado no Vale do Ribeira, município de Eldorado, estado de São Paulo.

O Quilombo Ivaporunduva é considerado o mais antigo do Vale do Ribeira, com registros de ocupação que remontam ao final do século XVIII. Seus moradores são descendentes de pessoas escravizadas que resistiram ao regime colonial, organizando formas autônomas de vida coletiva. Até os dias de hoje, os quilombolas mantêm um modo de vida conectado à terra, valorizando os saberes ancestrais, da oralidade e da espiritualidade afro-brasileira.

As relações afrodiaspóricas que se entretecem entre comunidades como aquelas que habitam a região do Parque Nacional do Chimanimani, em Moçambique, e o Quilombo Ivaporunduva, no Brasil, revelam práticas comuns de cuidado coletivo, resistência territorial e transmissão de saberes ancestrais enraizados na experiência africana. Em ambas, a terra é central não apenas como base para a subsistência, mas como território de memória, espiritualidade e pertencimento.

Essas conexões atravessam o Atlântico e compõem uma diáspora viva e criadora, que constrói redes de (re)existência pautadas no bem viver, na reciprocidade e na justiça territorial. Nos dois contextos, o território é vivido como espaço de continuidade histórica, de pertencimento coletivo e de construção de futuros que honram a ancestralidade africana.

Figura 06 - Paisagem do Parque Chimanimani (Moçambique)



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 07 – Paisagem do Quilombo Ivaporunduva (Brasil)



Fonte: Autoria própria (2024)



**Memória e  
intelectualidade  
Negra**

O bairro da Mafalala, que abriga mais de 20 mil moradores, foi considerado, desde 2016, um conjunto patrimonial histórico protegido na cidade de Maputo — patrimônio tão tangível quanto intangível para a identidade moçambicana.

Em analogia aos espaços urbanos brasileiros, Mafalala é equiparada a uma favela: ainda se observa ali um labirinto de casas de madeira e zinco. Segundo Gonçalves (2017), “num estádio intermédio permaneceriam as construções de madeira e zinco, de conforto térmico muito inferior ao do caniço, mas que representava para os povos africanos urbanizados um estatuto mais elevado”.

O bairro foi palco da resistência suburbana ao colonialismo. Abrigou escritores, intelectuais e artistas e teve moradores de destaque, como José Craveirinha — cuja obra transita entre a memória individual e coletiva —, a poetisa Noémia de Sousa, o jogador de futebol Eusébio Silva Ferreira e o primeiro presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, figura central na libertação do país.

Figura 08 - Moradia com vedação em zinco



Fonte: Autoria própria (2024)

Os protagonistas citados são representados em um mural nas ruas do bairro (Chaves, 1999). A memória negra em Moçambique, assim como no Brasil, está atrelada à identidade territorial, cujas marcas aparecem nas ruas, becos e vielas.

Os poemas de Noémia de Sousa e de José Craveirinha foram produzidos na época da luta pela independência e desempenharam papel importante nos protestos contra a colonização portuguesa. O movimento da Negritude tem caráter revolucionário, pois rejeita os valores culturais coloniais e estimula o orgulho racial do povo negro. Por isso, suas influências aparecem constantemente na escrita dos poetas, marcada pela rejeição ao colonialismo, ao racismo e ao sofrimento do povo negro (Gorički, 2018).

José Craveirinha, um dos pioneiros da poesia da Negritude em Moçambique, foi o primeiro moçambicano a receber o Prêmio Camões — o mais importante prêmio de língua portuguesa. Suas poesias foram marcadas por questões sociais e por anseios políticos.

Em entrevista concedida em 2003, o escritor declarou aos entrevistadores (Thomas e Chaves, 2003, p. 423):

“ [...] A poesia foi sempre para mim um instrumento, uma ferramenta de reivindicação. Os meus poemas têm sempre uma dimensão social, sociopolítica. Mesmo quando falo de coisas como flores... É também um refúgio para minhas dores pessoais

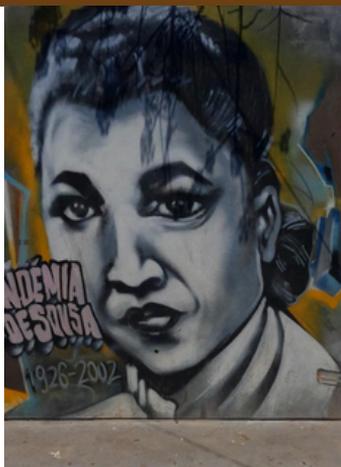
(José Craveirinha, 2003)

Figura 09 - Mural dos poetas em Mafalala (Moçambique)



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 10 - Imagens da Noémia de Souza e do Jogador Eusébio em Mafalala (Moçambique)



Fonte: Autoria própria (2024)

A escrita de Craveirinha carrega a escrevivência dos momentos vividos em Moçambique e no bairro da Mafalala. Na mesma entrevista, o autor revela sua proximidade com a poetisa Noémia de Sousa: reuniam-se em sua casa e chegaram a trabalhar juntos no jornal Brado Africano, tornando-se amigos que compartilhavam preocupações e sonhos.

Kilomba (2019) e Sousa (2021) afirmam que a escrita é um ato de vingança e de teimosia, uma forma de construir nova narrativa a partir dos sujeitos. Essa “teimosia” em Moçambique manifesta-se na preservação das línguas maternas africanas, transmitidas por pais, avós e outros membros da comunidade. Além disso, Thomas e Chaves (2003) revelam que Craveirinha sofreu tentativa de silenciamento de seu idioma pela madrasta, mas resistiu preservando-o em conversas com amigos nas ruas durante a infância.

Noémia de Sousa, considerada a “Mãe dos poetas moçambicanos”, representa o feminismo na literatura de Moçambique, influenciada pelo movimento da Negritude. Suas obras são marcadas pelos discursos de independência dos países africanos e, ao mesmo tempo, transmitem o empoderamento das mulheres e leitoras. Em sua coletânea *Sangue Negro*, com 46 poemas, expressa-se a dor e o sofrimento do povo negro, mas, sobretudo, a resistência e o poder desse povo. A autora, antes silenciada pelo colonialismo, agora ganha notoriedade e atrai novos estudos (Chaves, 1999).

“**A escrita de Noémia de Sousa diz muito sobre a essência do negro, da sua memória, das dores e tristezas vividas, dos lamentos e desalentos, da ausência de humanidade do homem branco, das injustiças sociais para com o negro no período escravocrata, mas sobretudo das lutas sociais e**

**políticas do povo africano. Sua escrita está pautada na denúncia das mazelas sociais e das inúmeras tentativas de silenciamento da voz negra, principalmente, das vozes femininas. Sua escrita é seu canto de liberdade, é recriação de uma identidade não colonizada, de uma identidade que afirma sua negritude, é o sangue que corre em suas veias e chega ao seu coração e lhe dá o fôlego da vida para lutar pelos seus irmãos negros e sua Mãe-África.**

**(Pereira Filho, Silva, 2023, p.2)**

Os gêneros da literatura moçambicana assemelham-se à produção brasileira de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis e Cidinha da Silva, cujas obras descrevem o cotidiano das comunidades.

Craveirinha reconhece que o Brasil exerceu grande influência sobre a formação da população suburbana — do futebol às literaturas de Graciliano Ramos e Jorge Amado (Thomas; Chaves, 2003).

Ambos os autores estiveram exilados em Portugal em razão dos discursos nacionalistas e da luta pela independência de Moçambique. Em seus versos, nota-se a necessidade de resistir ao sistema de opressão dirigido aos negros; contudo, pela escrita e pela intelectualidade, romperam-se as barreiras do eurocentrismo. Esses poetas alcançaram outros públicos, inclusive com recitais de poemas de Noémia de Sousa em shows de Emicida (Chaves, 1999).

Figura 11 - Paineis dos sambistas, Pedra do Sal, Rio de Janeiro (Brasil)



Fonte: Autoria própria (2022)

Quanto à memória ancestral materializada no espaço urbano brasileiro, destaca-se a Pedra do Sal, na “Pequena África” do Rio de Janeiro. Nas empenas e fachadas, figuram imagens de ícones do samba — João da Baiana, Dona Ivone Lara, Arlindo Cruz, Tia Ciata, Jorge Ben Jor, entre outros — celebrando a ligação entre memória negra e território.

A representação social desses sambistas nos territórios marcados pela historicidade e resistência permite que povos constantemente oprimidos compartilhem informações por meio da arte urbana. Essa prática cria uma narrativa educativa para pessoas negras e não negras, possibilitando que a história seja contada pelos sujeitos e que se compreenda como contextos históricos impediram que determinados grupos tivessem suas vozes ouvidas.

Entretanto, como forma de denúncia, o samba foi fundamental para a mudança de paradigma imposto a esse público. Como lembra Bispo (2018), esse é o saber orgânico produzido por quem vivencia o cotidiano e precisa estar presente na vida acadêmica, pois o conhecimento vem da ancestralidade e da oralidade.

Figura 12 - Representação social dos sambistas na, Pedra do Sal, Rio de Janeiro (Brasil)

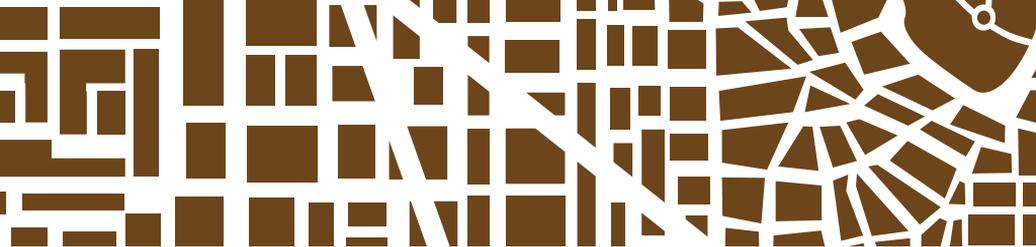


Fonte: Autoria própria (2022)

Hooks (2005) afirma que o trabalho intelectual é parte essencial da luta de libertação, transferindo as pessoas oprimidas de objetos a sujeitos, possibilitando a descolonização das mentes e destacando a memória ancestral por meio da escrita. Souza, Rocha e Silva (2020, p. 223) acrescentam que

**“A negritude consistiu, efetivamente, num levante de uma intelectualidade negra intercontinental que se opôs à imposição da cultura eurocêntrica sobre as culturas negras, africanas ou da diáspora e sua consequente desvalorização.**

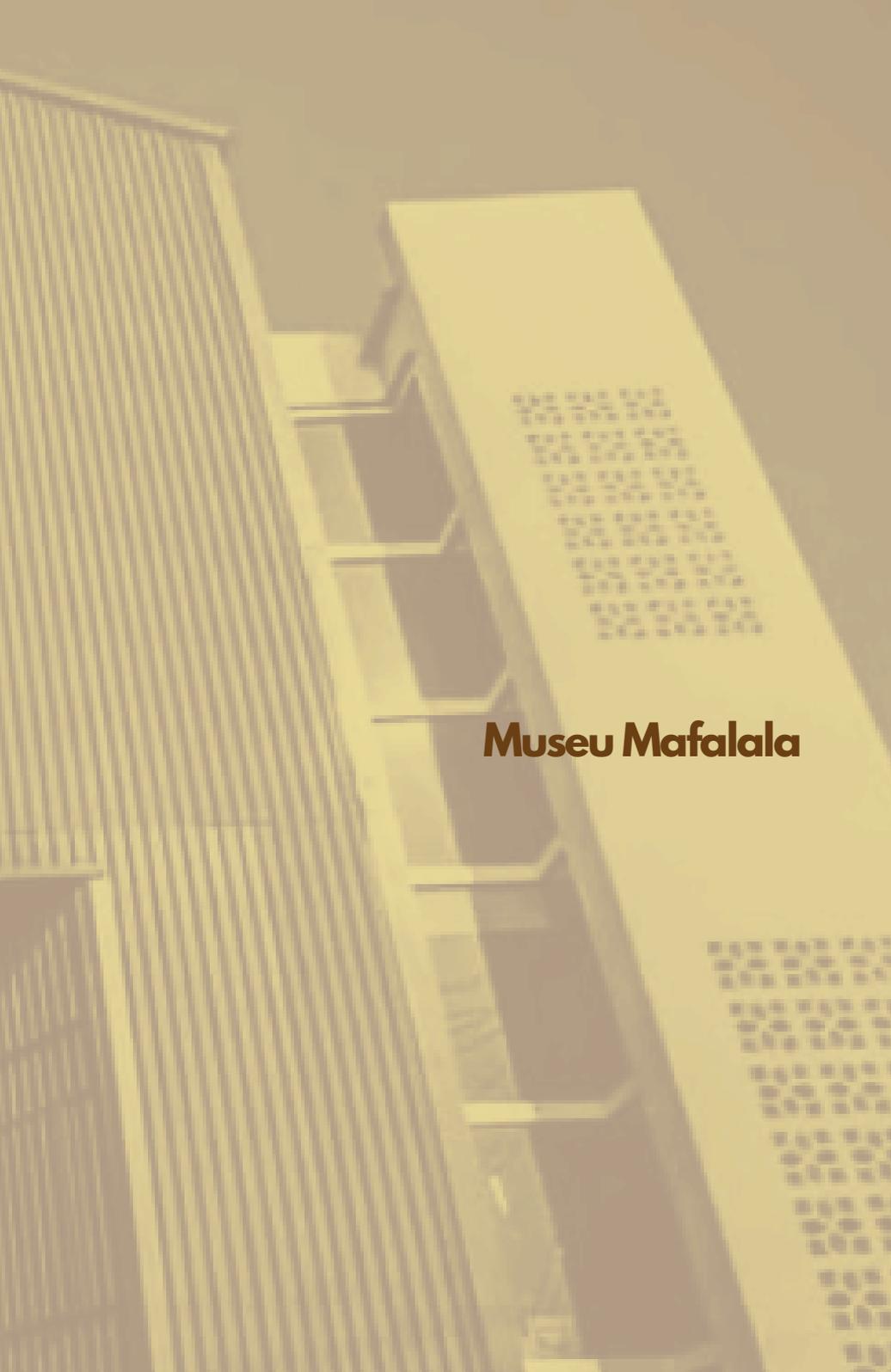
Gomes (2017) ressalta que os saberes constituídos pela comunidade negra são emancipatórios, por se manifestarem como formas de expressão presentes na arte, no cabelo, no modo de existir e na transmissão da ancestralidade.



Sá e Francelin (2021) reforçam que o processo de informar é responsável por criar memórias sociais, capazes de transformar as percepções cognitivas acerca dos indivíduos negros na sociedade, considerando que essas memórias são constituídas e registradas em espaços de oralidade, manifestações simbólicas e culturais.

Apesar dos esforços históricos para apagar a intelectualidade do povo negro, Viana (2019) relata a luta dessas comunidades para adquirir os códigos da escrita com o objetivo de ensinar aos seus pares e reivindicar educação para seus filhos. Ou seja, além das línguas africanas transplantadas para o Brasil, esses sujeitos ainda precisaram aprender o idioma hegemônico para fazer parte do novo mundo imposto.

Ao buscar novas formas de pertencer, comunicar-se e existir, esses grupos empenharam-se na produção de conhecimento para as gerações futuras, por meio da oralidade, da contação de histórias, das letras de músicas e da arte urbana presente nos territórios negros e periféricos — elementos que marcam não apenas os espaços moçambicanos, mas também os brasileiros, capazes de contar uma história africana em diáspora.



# **Museu Mafalala**

Figura 13 - Museu Mafalala em Maputo (Moçambique)



Fonte: Autoria própria (2024)

O Museu Mafalala, considerado um “museu vivo”, foi inaugurado em junho de 2019 e cofinanciado pela União Europeia em parceria com a Cooperação Alemã. O espaço é composto por uma galeria de arte, exposições de poemas de Noémia de Souza e José Craveirinha, além de trabalhos de músicos do bairro que valorizam o estilo musical moçambicano chamado marrabenta, apresentando também os instrumentos confeccionados para a produção dos sons.

Além disso, o espaço conta com a exposição de obras produzidas pela própria comunidade, consolidando-se como um museu comunitário. Possui também uma biblioteca, cujo acervo reúne obras de diversas nacionalidades, além de uma área de lazer onde são realizadas festas organizadas pela população local. O museu oferece, ainda, serviço de hospedagem. Conforme descrito em sua página oficial no aplicativo do Instagram, o Museu Mafalala busca “lançar um olhar sobre a narrativa da cidade de Maputo a partir da periferia”.

Dessa forma, o museu comunitário configura-se como uma forma de interpretar a vida cotidiana, construída a partir da colaboração ativa dos moradores da comunidade em que está inserido. Nesse sentido, torna-se uma importante ferramenta de autoconhecimento, permitindo que os habitantes do bairro sejam protagonistas de suas próprias narrativas, a partir das produções culturais que desenvolvem. Em entrevista concedida a Branco (2024), o dirigente do museu, Ivan Laranjeira, afirma que:

**“O Museu Mafalala é um centro de interpretação, é um lugar onde as pessoas podem interagir com a história do bairro da Mafalala e podem, sobretudo, ter um contacto nas várias épocas em que o bairro e a cidade foram evoluindo. Ter uma noção mais concreta daquilo que é a história da Mafalala e das pessoas e das personalidades que daqui saíram.**

**(Laranjeira, 2024)**

O museu afrocentrado valoriza a produção artística, intelectual e cultural com base no povo moçambicano, destacando seu modo de ser, fazer, existir e produzir conhecimento sem se subordinar aos paradigmas eurocêntricos (Woodson, 2021).

O conhecimento construído nesse espaço reflete a vivência e a sabedoria coletiva daqueles que habitam o território em sua totalidade. A partir do Movimento da Negritude, observa-se a busca pela construção de uma identidade positiva, que impulsiona o surgimento de novos intelectuais e artistas locais em busca de reconhecimento por meio da arte e de ações comunitárias, reafirmando sua presença no território.

No museu há uma narrativa da trajetória do bairro que resistiu a um sistema opressivo que tentou silenciar personagens fundamentais da história moçambicana. Entre os destaques está o jornal comunitário *Brado Africano*, criado por moradores do bairro, que promove o Movimento da Negritude sob uma perspectiva afrocentrada.

Tal perspectiva, conforme Mucale (2023, p. 28), visa à libertação do pensamento africano e propõe “colocar as ideias do africano no centro de toda e qualquer análise que envolve a cultura e o comportamento dos africanos”.

A formação do acervo da biblioteca do museu se dá, sobretudo, por meio de doações feitas por escritores da comunidade e por turistas e pesquisadores que visitam o local. Com isso, a biblioteca configura-se como um espaço de construção coletiva, uma verdadeira “biblioteca popular”, fortalecendo o sentimento de pertencimento e incentivando os usuários a se reconhecerem como agentes ativos da história que ali se preserva e compartilha.

O acervo contempla obras em diversas línguas, inclusive títulos de autores e autoras brasileiras, além de pesquisas que tratam da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil.

Figura 14 - Biblioteca, Museu Mafalala (Moçambique)



Fonte: Autoria própria (2024)

Nesse sentido, o conhecimento disseminado torna-se um potente instrumento de transformação social. Destaca-se, ainda, que Moçambique possui legislação semelhante, a qual determina que 20% do currículo escolar contemple a história local da região (Basílio, 2012).

Nas Figuras 15 e 16, são apresentadas duas produções artísticas: uma obra representando três mulheres - criada por um morador local - e o poema Cidadão do Futuro, de José Craveirinha, exposto no Museu Mafalala. Ambas as expressões representam a potência da produção de conhecimento originada na comunidade, que fortalece as experiências intergeracionais.

Tais produções não apenas empoderam, mas também reafirmam os valores ancestrais e a necessidade contínua de aprofundamento no processo de autoconhecimento e valorização da própria história (Berth, 2020).

A história do Bairro Mafalala é narrada pelas vielas, pela terra de chão batido, pelos murais e, sobretudo, pelas pessoas que compartilham suas vivências por meio da arte e da literatura. Os moradores são verdadeiros produtores de conhecimento e, por meio de seus modos de ser e fazer, tornam-se centrais na existência e resistência do espaço.

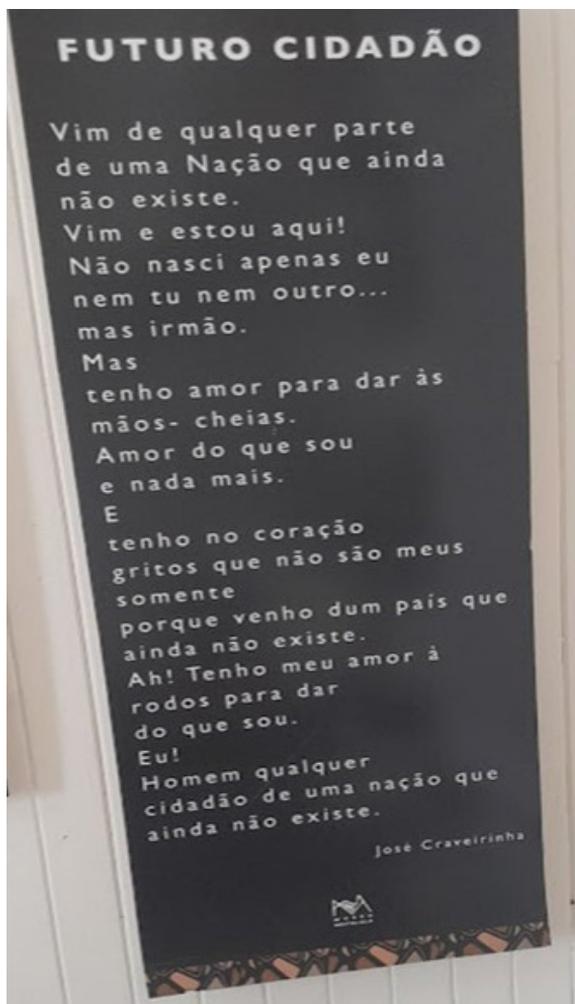
Figura 15 - Arte exposta no Museu Mafalala (Moçambique)



Fonte: Autoria própria (2024)

Esse reconhecimento valoriza esses sujeitos como protagonistas das narrativas ali construídas, possibilitando que as novas gerações sejam formadas de maneira informada e consciente, a partir da ancestralidade que conecta saberes diversos, oriundos de uma ecologia de saberes enraizada na experiência cotidiana (Krenak, 2020).

Figura 16 - Poema “Futuro Cidadão”, José Craveirinha, exposto no Museu Mafalala (Moçambique)



Fonte: A autoria própria (2024)

# Considerações finais

As relações diaspóricas entre Brasil e Moçambique são visíveis na arte urbana e na literatura. As similaridades na escrita e na urgência de comunicar-se por meio dos códigos da linguagem escrita estão presentes em ambos os contextos, especialmente como instrumento de denúncia das desigualdades sociais e raciais.

O direito à memória, fundamentado na ancestralidade, emerge da necessidade de estar no mundo e de se conectar com ele. Os saberes construídos a partir da identidade negra são fruto de luta e resistência, para que sejam reconhecidos e reverberados tanto pela escrita quanto pela oralidade. Esses saberes orgânicos complementam os saberes sintéticos da academia, pois partem das vivências reais dos sujeitos.

Com base nos exemplos discutidos ao longo do texto, foi possível observar como muros e vielas nos espaços urbanos brasileiros e moçambicanos materializam memórias e narrativas insurgentes. Ambos os contextos revelam a urgência em combater os silenciamentos e os apagamentos impostos ao povo negro.

Além disso, as relações afrodiaspóricas permitem que os conhecimentos atravessem o Atlântico. Histórias como a de Anastácia, e poemas de Noémia de Souza e José Craveirinha, são recitados em shows e estudados por acadêmicos moçambicanos e brasileiros, inseridos no Movimento da Negritude. Essas representações reafirmam o rompimento da máscara do silenciamento e demonstram que não há mais recuo na contação das histórias daqueles e daquelas que foram, e ainda são, oprimidos pelo pacto narcísico da branquitude — como já apontava Cida Bento.

## Referências

- BASÍLIO, Guilherme. O currículo local nas escolas moçambicanas: estratégias epistemológicas e metodológicas de construção dos saberes locais. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.2, n.5, p.79-97, maio/ago. 2012
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n.1, p.15-24, 2016
- BERTH, Joice. Empoderamento. Belo Horizonte, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).
- CHAVES, Rita. José Craveirinha, da Mafalala de Moçambique, para o mundo. *Via atlântica*, n.3, p. 140-168.
- GOMES, Nilma Lino Gomes. O movimento negro educador: saberes constituídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino Gomes. Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 26 • jul – out 2018, p.111-124. DOI 10.31418/2177-2770.2018.v10.n.26.p111-124.
- GONÇALVES, Nuno Simão. Urbanismo da mafalala: origem, evolução e caracterização. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1220-1\\_5](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1220-1_5)
- GORICKI, Petra. A poesia de Noémia de Souza e a Negritude. 2018. 58f. (Tese de Dissertação) - Universidade de Zagreb, Faculdade de Letras, Zagreb, 2018. Disponível em: <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/10983/1/goricki.PDF>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- GUITARRARA, Paloma. "Moçambique"; Brasil Escola. Disponível em: [https://brasilescola.uol.com.br/geografia/mocambique\\_e.htm](https://brasilescola.uol.com.br/geografia/mocambique_e.htm). Acesso em 19 de fevereiro de 2025.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARTINS, Lena. Performances da oralitura: corpo, lugar de memória. *Letras*, v.26. p. 63-81, 2003. <https://doi.org/10.5902/2176148511881>.
- MUCALE, Ergimino Pedro. Afrocentricidade: complexidade e liberdade. 2.ed. Maputo: Gráfico Paulinas, 2023.
- NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais: quilombos e movimentos. Rio de Janeiro, 2021.
- PEREIRA FILHO, Antonio Marques; SILVA, Brenda Damasceno. Sangue Negro: perspectivas da literatura negra em Noemia de Sousa. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v.4, n.2, p. 1-6, 2023. DOI: 10.51189/iii-conbraed/16810
- PIMENTEL, Márcia. Tráfico de moçambicanos: o último suspiro do comércio. Multirio, 05 jan. 2015. Disponível

em:

<https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/992- trafico-de-mocambicanos-o-ultimo-suspiro-do-comercio-negreiro>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PRESSE, Francie. Distúrbios pós-eleitorais deixaram pelo menos 125 mortos em 3 dias em Moçambique, diz ONG. G1, 26 dez. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/12/26/disturbios-pos-eleitorais-deixaram-pelo-menos-125-mortos-em-3-dias-em-mocambique-diz-ong.ghtml>.

Acesso em: 15 fev. 2025.

SÁ, Camila Araújo; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Afrocentricidade, memória e informação. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5731, nov. 2021. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5731>

SANTOS, Antonio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVIA, Anderson Ribeiro; CHAVES, Marjorie Nogueira; FELICIE, Renisia Cristina Garcia; NASCIMENTO, Wanderson F. et al. (org.). Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.23-35.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significados. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, Neusa Santos. Torna-se negro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 2021.

SOUTO, Stephanie. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. Políticas Culturais Em Revista, v.14, n.2, p.142-159, 2021.

<https://doi.org/10.9771/pcr.v14i2.44151>

SOUZA, Ubiratã; ROCHA E SILVA, Rejane Vecchia da. Poesia, identidade e nacionalismos: cruzamentos políticos e culturais nas obras de Noémia de Sousa e de José Craveirinha. Scripta Uniandrade, v. 18, n. 1 (2020), p. 215-236.

THOMAS, Omar; CHAVES, Rita. Entrevista com José Craveirinha. Scripta, v. 6, n. 12, p. 415-425, 20 mar. 2003. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12498>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VIANA, Iamara da Silva. Escrever para não silenciar: africanos, enfermidades e acesso às primeiras letras no sudeste, escravista, notas de pesquisa. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 392-409, 2020. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/965>.

Acesso em: 10 mar. 2024.

WOODSON, Carter G. A (des)educação do negro. São Paulo: Edipro, 2021.

# Glossário

## **AFROCENTRICIDADE**

Propõe a análise do mundo a partir de uma perspectiva cujas referências se originam das experiências, saberes e valores da África e de sua diáspora. Trata-se de um posicionamento teórico e epistemológico que valoriza a centralidade do sujeito africano ou afrodescendente como protagonista de sua própria narrativa histórica, cultural e intelectual. Essa abordagem incentiva a construção de teorias, métodos e práticas ancoradas em epistemologias africanas e afro-diaspóricas, desafiando a hegemonia eurocêntrica na produção de conhecimento.

## **AFROTURISMO**

Entendido como um ato pedagógico e político, o afroturismo articula o fortalecimento das identidades negras, a valorização de saberes ancestrais e a preservação de memórias materiais e imateriais da população afrodescendente. Para além da experiência turística convencional, promove o protagonismo econômico e cultural de comunidades negras, impulsiona empreendedores negros e contribui para a valorização da memória coletiva da diáspora africana.

## **ANCESTRALIDADE**

Nesta obra, é compreendida como a presença viva de saberes, práticas e memórias negras que moldam e orientam as experiências de vida na diáspora africana. Expressa-se no pertencimento a territórios e culturas, manifestando-se nos modos de ser, falar, viver e se relacionar com o mundo. No contexto brasileiro, atua como eixo de resistência, conexão intergeracional e construção de redes coletivas de afeto, cuidado e solidariedade.

## **AQUILOMBAMENTO**

Prática de construção e preservação de espaços de resistência, cuidado e afirmação das culturas negras, inspirada nos quilombos históricos. O aquilombamento é uma ação política e simbólica que expressa a luta contínua por liberdade, autonomia e dignidade. Representa a ancestralidade que se atualiza no presente por meio de redes coletivas de afeto, solidariedade e enfrentamento das violências estruturais.

## **BAOBÁ**

Árvore sagrada e ancestral, é um símbolo importante em algumas culturas tradicionais africanas. Reconhecido por sua imponência e longevidade, é frequentemente visto como guardião da memória coletiva e testemunha silenciosa de gerações. Seus troncos largos servem como abrigo, local de reunião e até depósito de água em tempos de seca. Além de seu papel ecológico, o baobá carrega significados espirituais em diversas culturas, além disso, suas folhas, frutos e cascas são utilizados em rituais, infusões, chás e bebidas que têm função medicinal e simbólica.

## **BRANQUITUDE**

Conceito que define o lugar de poder e privilégio simbólico, subjetivo e material ocupado por pessoas brancas em uma sociedade estruturada pelo racismo. Essa posição privilegiada é um fator determinante na perpetuação da discriminação e do preconceito racial.

## **CONTRA-HEGEMONIA**

Conjunto de práticas políticas, culturais e pedagógicas que buscam superar a dominação ideológica imposta pelas elites e classes dominantes. Ela se constrói no interior da sociedade civil — em espaços como escolas, universidades, sindicatos, coletivos e movimentos sociais — por meio da produção de novos sentidos, saberes e formas de organização.

## **DECOLONIALIDADE**

Perspectiva crítica que denuncia e busca superar a permanência da colonialidade — a lógica de dominação racial, epistêmica, econômica e cultural que perdura mesmo após o fim formal do colonialismo. Ao questionar a hegemonia do pensamento eurocêntrico, apresentado como universal, a decolonialidade propõe a valorização dos saberes, cosmovisões e práticas de povos historicamente oprimidos, como os negros, indígenas e populações do Sul Global. Trata-se de uma proposta ética, política e epistêmica voltada à construção de futuros plurais, ancorados em outras racionalidades e modos de vida, para além da lógica colonial de poder, saber e ser.

## **DIÁSPORA AFRICANA**

Designa o fenômeno de deslocamento forçado de populações africanas através do tráfico negreiro transatlântico. Apesar da brutalidade dessa imigração forçada, os africanos escravizados trouxeram consigo seus modos de vida e cosmovisões, que, ao se rearticularem nos novos territórios, influenciaram a constituição cultural, social e política das Américas, com destaque para o Brasil.

## **ENCRUZILHADA**

No contexto das cosmologias e culturas negras de matriz africana, é um território simbólico e espiritual de movimento, escolha e transformação. É o lugar onde caminhos se cruzam, onde forças se encontram e onde a comunicação entre mundos — visível e invisível — se intensifica. Analisar um fenômeno "a partir da encruzilhada" é reconhecer sua multiplicidade, suas trocas e sua potência criadora. Leda Maria Martins aprofunda esse entendimento ao propor a encruzilhada como categoria estética, política e epistemológica.

## **EUGENIA**

Ideologia pseudocientífica que defende o aprimoramento da espécie humana por meio do controle reprodutivo. Fundamentada em concepções racistas e hierarquizantes, buscava incentivar a reprodução de grupos considerados "superiores" e restringir a de populações tidas como "inferiores", como negros, imigrantes, pobres e pessoas com deficiência. A eugenia foi amplamente utilizada como justificativa para políticas de exclusão, esterilização forçada, segregação racial e outras formas de violência institucionalizadas.

## **EUROCENTRISMO**

Forma de dominação simbólica e epistêmica que estabelece a Europa — e, por extensão, o norte global — como centro da história, medida do progresso e modelo universal de civilização. Essa visão de mundo sustenta a hierarquização entre culturas, desqualificando saberes, práticas e epistemologias não europeias. Foi um dos pilares ideológicos do colonialismo, operando por meio do apagamento, da repressão e da inferiorização de outras cosmologias ao validar apenas os modos europeus de conhecer, existir e interpretar o mundo.

## **GENTRIFICAÇÃO**

Fenômeno de classe, seletivo e excludente, impulsionado pela especulação e valorização imobiliária, é um processo de reconfiguração socioespacial de territórios, no qual populações locais são substituídas por novos residentes de maior renda. A gentrificação eleva o custo de vida e os aluguéis, provocando o deslocamento forçado das comunidades originais e a consequente descaracterização de suas memórias, dinâmicas sociais e identidades culturais.

## **HEGEMONIA**

Processo por meio do qual um grupo social dominante estabelece e mantém sua liderança sobre o conjunto da sociedade, articulando coerção e consentimento. Além do uso da força por meio das instituições do Estado, esse grupo constrói formas de convencimento e naturalização de sua visão de mundo por meio da cultura, da educação, dos meios de comunicação e de outras instâncias sociais.

## **MOVIMENTO NEGRO**

Busca a valorização das identidades negras, o reconhecimento das contribuições históricas e culturais da população negra e a construção de uma sociedade antirracista. É um conjunto diverso de articulações políticas, culturais e sociais protagonizadas por pessoas negras na luta contra o racismo, a discriminação racial e a exclusão social. Atua também na defesa de políticas públicas de ação afirmativa, no combate à violência policial e na disputa por representatividade nos espaços de poder. Longe de ser homogêneo, é composto por diferentes correntes, perspectivas e estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero, classe e território.

## **ORALIDADE**

É um sistema complexo de transmissão de saberes, que conecta indivíduos às suas tradições, ao seu tempo e ao seu território. Funciona como uma tecnologia ancestral de registro e memória, na qual o conhecimento é compartilhado por meio da palavra falada, do corpo, do gesto, da retórica e da performance. A tradição oral sustenta cosmovisões, valores éticos e modos de viver, sendo fundamental para a preservação de culturas e histórias.

## **QUARTINHA DE EXU**

Nas religiões de matriz africana, especialmente no Candomblé e na Umbanda, a quartinha de Exu é um objeto ritualístico que estabelece e materializa a conexão com essa divindade. Trata-se de um recipiente, geralmente de cerâmica ou barro, utilizado em assentamentos e oferendas para conter líquidos consagrados. Ela representa a presença de Exu e sua força nos domínios da comunicação, da proteção espiritual e da abertura de caminhos.

## **QUILOMBO**

No Brasil, se consolidou como um projeto político, social e civilizatório de resistência à escravidão e ao sistema colonial. Eram comunidades autônomas formadas principalmente por pessoas negras que escapavam da violência da escravidão, mas também por indígenas e, em alguns casos, brancos marginalizados. Nos quilombos, essas populações desenvolviam formas próprias de organização econômica, social, política e espiritual, pautadas na coletividade, na liberdade e na preservação de saberes ancestrais.

## **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Dizem respeito às interações entre indivíduos e grupos sociais de diferentes pertencimentos étnicos e raciais, atravessadas por construções históricas de identidade, cultura e, sobretudo, por relações de poder. No Brasil, essas relações foram moldadas por um processo colonial escravista e por uma ideologia de branqueamento, que naturalizou a invisibilidade das populações negra e indígena na história, nos espaços de poder e nos campos de produção de conhecimento.

## **SANKOFA**

Conceito de origem Akan, do povo de Gana, que significa "voltar e buscar o que ficou para trás". Representado por um pássaro que olha para trás com os pés voltados para frente, Sankofa ensina que é preciso resgatar a sabedoria ancestral para orientar o presente e construir o futuro. É um dos símbolos Adinkra, sistema visual africano composto por ideogramas que expressam valores filosóficos, históricos e espirituais.

## **SLAM**

É uma competição de poesia falada, com regras específicas como a obrigatoriedade de autoria própria, o tempo máximo de até três minutos e a apresentação sem apoio de figurinos ou acessórios — apenas com corpo e voz. O julgamento é feito por um júri popular, muitas vezes escolhido na plateia. Embora os temas sejam livres, o slam se consolidou como uma potente forma de expressão artística e política, sobretudo entre jovens de territórios periféricos e grupos historicamente marginalizados, que utilizam a palavra falada como ferramenta de denúncia, afirmação e resistência.

## **TERRITORIALIDADE**

Refere-se às relações que indivíduos ou grupos sociais constroem com um determinado espaço, marcadas por dimensões de poder, pertencimento, identidade e uso. Extrapola a ocupação física, envolve vínculos simbólicos, afetivos, culturais e políticos com o território. A territorialidade expressa como um grupo se organiza, resiste, cria e transforma o espaço em que vive, muitas vezes em disputa com lógicas hegemônicas de controle, exclusão e especulação.

## **TERRITÓRIOS NEGROS**

Espaços urbanos socialmente produzidos pela população negra, onde se inscrevem memórias, culturas, espiritualidades e formas próprias de organização coletiva. Esses territórios expressam a resistência ao racismo estrutural e a continuidade de saberes de matriz africana, manifestos nas relações comunitárias, nas práticas culturais e nas formas de viver a cidade. São espaços de construção de pertencimento, de afirmação e de luta, refletindo o protagonismo histórico da população negra na conformação dos centros urbanos ou rurais, muitas vezes invisibilizado pelas narrativas oficiais.

## **TIRIRICA**

Manifestação cultural afro-brasileira, também conhecida como “pernada” ou “jogo da rasteira”, que mistura elementos de luta corporal e dança. Tradicionalmente praticada em rodas de samba na periferia de São Paulo, a tiririca é marcada por golpes de desequilíbrio, como rasteiras, que exigem técnica, agilidade e ritmo.

**Pelo Direito à Cidade, à Memória, e ao  
Bem-viver das comunidades negras e  
indígenas brasileiras, seguimos!**

